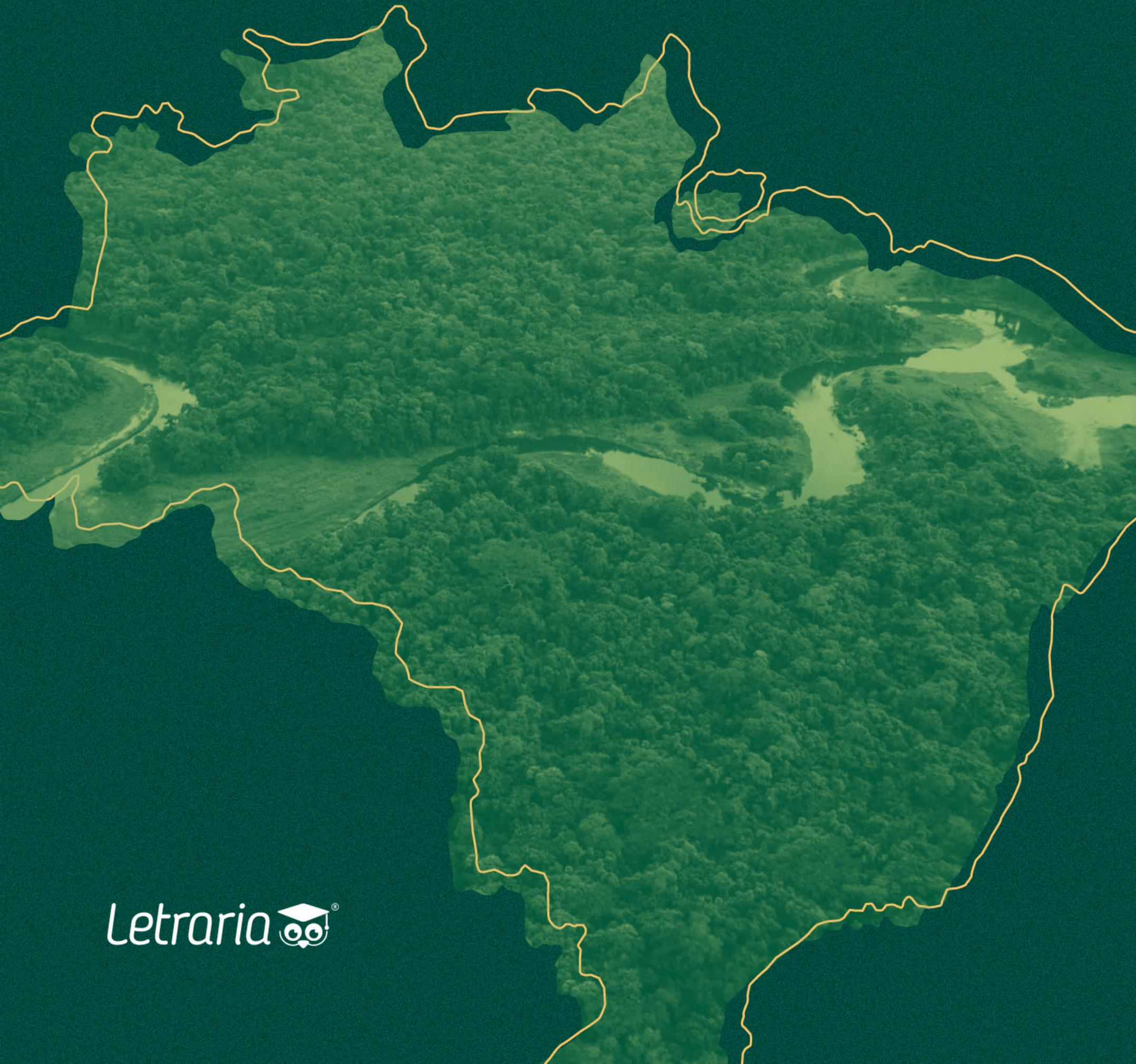


Uma agenda dialetológica na Gramatização do Português do Brasil

Marcelo Rocha Barros Gonçalves



**Uma agenda dialetológica
na Gramatização do
Português do Brasil**

Marcelo Rocha Barros Gonçalves

Uma agenda dialetológica na Gramatização do Português do Brasil

Araraquara
Letraria
2021

Uma agenda dialetológica na Gramatização do Português do Brasil

PROJETO EDITORIAL

Letraria

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Letraria

CAPA

Letraria

REVISÃO

Letraria

GONÇALVES, Marcelo Rocha Barros. **Uma agenda dialetológica na Gramatização do Português do Brasil.** Araraquara: Letraria, 2021.

ISBN: 978-65-86562-66-8

1. Teorias linguísticas. 2. Espacialidade. 3. Gramatização.
4. Português do Brasil.

CDD: 410 – Linguística

O texto aqui publicado é de inteira responsabilidade de seu autor. Esta obra ou parte dela não pode ser reproduzida por qualquer meio, sem autorização escrita do autor.

Conselho editorial

José Marcos Ernesto Santana de França (URCA)

Marco Antonio Almeida Ruiz (UFMS)

Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

Andréa Rocha Barros (*in memoriam*)
01/09/1925 | 30/11/2010

"Certos lugares só existem pelas palavras que os evocam."

Marc Augé

| Sumário

Apresentação	9
1. INTRODUÇÃO	10
1.1 A Gramatização Brasileira	14
1.1.1 O processo e os instrumentos tecnológicos da Gramatização Brasileira	14
1.1.2 Efeitos da Gramatização Brasileira	19
2. A AGENDA EM CONSTRUÇÃO: TEORIAS E CONCEITOS EM ATIVIDADE	24
2.1 Arquivo (1879-1922) – recortes e delimitações	25
2.2 A <i>Revista Brasileira</i> (1879/1881 e 1895/1899)	29
2.3 Estudos em Filologia e Dialectologia Portuguesa	36
2.4 <i>Revista de Língua Portuguesa</i>	42
3. INSTRUMENTOS DIATÓPICOS DA ESPACIALIDADE BRASILEIRA	49
3.1 Organização da matéria	50
3.2 <i>O Dialeto Caipira</i> de Amadeu Amaral	51
3.3. O estabelecimento das duas edições do <i>Linguajar Carioca</i>	53
3.4. Vocabulários	55
4. A AGENDA EM FUNCIONAMENTO: DA IDEIA ÀS PRÁTICAS	61
4.1 A mentalidade dialetológica: novos recortes e novas delimitações	62
4.2. Candido Jucá (Filho)	64
4.3. Serafim da Silva Neto	67
4.4 O Projeto ALiB	69
5. CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	76
SOBRE O AUTOR	82
ANEXOS	84
ANEXO I – Prefácio da <i>Revista Brasileira</i>	85
ANEXO II – Texto de abertura da <i>Revista de Língua Portuguesa</i> , dirigida por Laudelino Freire (Intenções)/1919.	88

| Apresentação

Este *e-book* que oferecemos à leitura pela editora Letraria é fruto da pesquisa de doutoramento em Linguística junto ao IEL/UNICAMP entre 2009 e 2012, na área de História das Ideias Linguísticas, e propõe a discussão da temática da espacialidade na Linguística Brasileira e seu funcionamento na relação língua/sujeito/estado num período que vai do final do século XIX a meados do século XX. Iniciamos nossa discussão utilizando as considerações de Aurox (2009) sobre o processo de *gramatização* e sobre os instrumentos tecnológicos deste processo, como os dicionários e as gramáticas.

Tentamos investigar como estas tecnologias linguísticas produzem discursos num determinado espaço-tempo, e como estes discursos se relacionam para a constituição de uma dada língua. Funcionando dentro de uma política de línguas, é a partir destes discursos sobre a espacialidade brasileira que poderemos pensar numa série de práticas linguísticas que vão afastar a Língua portuguesa falada no Brasil da de Portugal, e, mais tarde, tentar confirmar a unidade de uma língua nacional. Contraditoriamente, é a partir desta mesma unidade imaginária que as questões sobre a diversidade concreta da língua falada em território nacional vão surgir e ganhar força.

Por fim, agradecemos vivamente a professora Maria Bernadete Marques Abaurre pela paciente orientação, bem como aos professores Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, Emílio Gozze Pagotto, Luiz Francisco Dias e Ana Claudia F. Ferreira pela participação na banca e pelas sugestões. Agradecemos à Biblioteca Nacional e à Fundação Casa de Rui Barbosa pelo acolhimento para a pesquisa documental *in loco*. Por fim, agradecemos à UNEMAT, à CAPES, à UNICAMP e à UFMS pelo financiamento parcial.

1. Introdução

Este trabalho, na área de História das Ideias Linguísticas, propõe a discussão da temática da espacialidade na Linguística Brasileira e seu funcionamento na relação língua/sujeito/estado num período que vai do final do século XIX a meados do século XX. Trabalhamos dentro de uma perspectiva discursiva¹, ou como diz Orlandi (2001), aquela que *pensa a língua em sua história e seu funcionamento*.

Iniciamos nossa discussão utilizando as considerações de Auroux (2009) sobre o processo de *gramatização* e sobre os instrumentos tecnológicos deste processo, como os dicionários e as gramáticas. Tentamos investigar como estas *tecnologias linguísticas* produzem discursos num determinado espaço-tempo, e como estes discursos se relacionam para a constituição de uma dada língua.

Duas sensíveis complementações às pesquisas iniciadas por Auroux com o grupo da França são desenvolvidas pelo grupo de pesquisa aqui do Brasil². De um lado, a necessidade de, em face da própria realidade brasileira, rever o lugar da constituição de uma língua nacional e seus sujeitos agora em um ambiente de colonização, e de outro, agregar as chamadas novas práticas de leitura, propostas pela análise de discurso francesa e que trabalham de maneira característica a construção de arquivos, ou seja, a leitura da história, sua interpretação.

Observamos para a construção do arquivo deste trabalho, inicialmente balizada pelo processo de gramatização brasileira no fim do século XIX, que havia uma série de textos em que a questão da *espacialidade brasileira* estava colocada, direta ou indiretamente, e que isso produzia efeitos não só para determinadas disciplinas dos estudos da linguagem, como a lexicografia, a filologia e a dialetologia, mas para a linguística brasileira de um modo geral, pensada dentro do ambiente teórico de uma História das Ideias Linguísticas no Brasil.

Mas não era o caso de apresentar a pesquisa numa visão em mosaico, uma espécie de coleção de textos, ou, menos ainda, identificar recorrências de teorias e ideias com o passar dos anos, como numa síntese muito geral e panorâmica. Como então dar conta, num período relativamente longo de tempo, de textos ao mesmo tempo tão díspares e tão próximos?

Os trabalhos de Edward Said (2007 e 2011) sobre a questão do oriente no *Orientalismo* e no *Cultura e Imperialismo* foram sem dúvida nenhuma inspiradores para o desenvolvimento desta pesquisa. No primeiro principalmente, Said vai tomar, entre outras, a definição do Oriente

1 Como diz Orlandi (2001, p. 27): "Em termos teóricos não é pequena a contribuição de tal perspectiva quando pensamos que a própria maneira de encarar a constituição da língua nacional, de concebê-la em sua historicidade, produz uma maneira de nos inscrevermos, com nossos métodos, em um domínio específico da história das ciências. E ao tomarmos um lugar determinado nessa história, estamos produzindo uma forma de conhecimento sobre a língua que constitui, por si, um modo de relação com a linguagem e uma posição teórica definida: a que vê a produção dos objetos simbólicos em movimento, como parte de uma história em que sujeitos se constroem. Não se está aí, pois, no domínio de uma epistemologia positivista, mas histórica, isto é, na qual não há separação e hierarquia entre sujeito-objeto, dado-constructo, interior-exterior, abstrato-concreto, e na qual a história não é evolução e continuidade, mas deslocamento e funcionamento."

2 Projeto "História das Ideias Linguísticas no Brasil: a constituição de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional", dirigido por Eni Orlandi.

como um discurso, em referência direta às obras de Foucault (especialmente a *Arqueologia do Saber* e *Vigiar e Punir*). Diz ele no prefácio da edição de 2003 (SAID, 2007, p. 29-30):

Minha argumentação é que, sem examinar o Orientalismo como um discurso, não se pode compreender a disciplina extremamente sistemática por meio da qual a cultura europeia foi capaz de manejar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente durante o período do pós-Iluminismo. Além disso, o Orientalismo tinha uma posição de tal força que ninguém escrevendo, pensando ou agindo sobre o Oriente poderia fazê-lo sem levar em consideração as limitações ao pensamento e à ação impostas por ele.

O primeiro passo foi tomar a questão da temática da espacialidade brasileira também como um discurso, e, como tal, era preciso contextualizá-lo historicamente, contextualizá-lo politicamente. Era preciso entender seu funcionamento dentro da relação língua/sujeito/estado numa situação específica do território nacional, e pensá-lo a partir de suas condições de produção.

Dissemos *politicamente* porque, do ponto de vista histórico que estabelecemos, nos interessa relacionar a constituição deste discurso sobre a espacialidade brasileira com os projetos de construção da Nação Brasileira e da Língua Nacional, fortalecidos no final do século XIX com a proclamação da República. Em última análise, gostaríamos de compreender como se dá o funcionamento deste discurso dentro de uma *política de línguas*, dentro de uma *política linguística* brasileira.

Funcionando dentro de uma *política de línguas*, é a partir deste discurso sobre a espacialidade brasileira que poderemos pensar numa série de *práticas*³ que vão afastar a Língua portuguesa falada no Brasil da de Portugal, e, mais tarde, tentar confirmar a unidade de uma língua nacional. Contraditoriamente, é a partir desta mesma unidade imaginária que as questões sobre a diversidade concreta da língua falada em território nacional vão surgir e ganhar força.

Tomamos emprestado o termo *agenda* de Stephen Toulmin⁴ para caracterizar melhor este discurso e suas práticas, sua permanência numa História das Ideias Linguísticas sobre a Espacialidade Brasileira. Na proposta original, o termo é utilizado para tratar em conjunto das características do pensamento Moderno, e lhe permite estabelecer duas correntes distintas da Modernidade, uma cientificista, melhor representada na figura do filósofo francês René Descartes e outra de caráter mais humanístico, movida pelos ideais do Renascimento Europeu, representada por Montesquieu.

3 Vamos pensar nestas práticas não só a partir da definição foucaultiana de *práticas discursivas* (Ver FOUCAULT, 2004), mas também como um conjunto de procedimentos que leva a produção de instrumentos linguísticos, como gramáticas e dicionários.

4 Ver Toulmin (1992).

Porém, diferentemente de Toulmin, não consideramos esta *agenda* como algo que está escondido⁵ ou algo que está para ser descoberto. Nossa proposta visa destituir uma mera análise de conteúdo da matéria e pretende tornar possível a análise do arquivo, organizando-o em função do conjunto de procedimentos e instrumentos linguísticos criados para a interpretação da espacialidade no território nacional.

Como na arqueologia de Foucault (2005, v. 2, p. 146), não estávamos interessados em estudar “o começo no sentido da origem primeira nem as relações [...] secretas, mais silenciosas ou mais profundas do que a consciência do homem”. O que tentamos fazer é “definir relações que estão na própria superfície dos discursos, [...] tornar visível o que só é invisível por estar muito na superfície das coisas”.

Em 1968, um importante texto de Foucault é publicado no nº 9 do *Cahiers pour l'analyse: Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia*, e o método da arqueologia ganha muitos de seus contornos. O discurso é problematizado em relação ao campo dos acontecimentos discursivos, e está, portanto, dentro de um domínio determinável na própria superfície de sua manifestação, no próprio acontecimento que o torna discurso manifesto. Descrever o discurso, assim limitado, coloca outra questão quando relacionada à análise da língua: *como ocorre que tal enunciado tenha surgido e nenhum outro em seu lugar?*

Não basta, assim, o estudo descritivo destes discursos manifestos, em seus domínios impostos pelos próprios campos enunciativos, campos de saber, mas é também produtor entender as relações entre estes discursos e seus campos, suas regras de coexistência. Foucault alerta para alguns dos motivos que o levaram a adotar a ideia de que certos enunciados, a partir do estudo de suas relações, poderiam formar um conjunto – ora porque se referiam a um determinado objeto, ora pelo tipo de enunciação utilizada, ora pela existência de uma série de conceitos permanentes e coerentes entre si, ora por fim, no extremo, pela formação de um conjunto de noções muito dispersas e bastante heterogêneas. Desta maneira:

O que permite individualizar um discurso é atribuir-lhe uma existência independente, é o sistema de pontos de escolha que ele deixa livre a partir de um campo de objetos dados, a partir de uma gama enunciativa determinada, a partir de uma série de conceitos definidos em seu conteúdo e em seu uso. (FOUCAULT, 2005, v. 2, p. 105).

Organizamos então os capítulos deste texto a partir dos recortes no arquivo que julgamos convenientes para entender as relações entre as projeções permitidas para o futuro e a organização do passado linguístico brasileiro. Dentro de um longo período de funcionamento desta agenda da espacialidade brasileira, era possível individualizar determinados discursos

⁵ No original, o subtítulo é *The hidden agenda of modernity* (Cf. TOULMIN, 1992).

e práticas, indicando suas características próprias – relativas, sobretudo, a um determinado tempo.

À exceção do primeiro capítulo, que pretende fazer uma problematização dos efeitos da gramatização, de suas especificidades no Brasil e apontar para algumas das condições de produção que permitiram a constituição de um discurso sobre a espacialidade nacional, os demais representam (mais ou menos) momentos distintos do funcionamento desta agenda linguística da espacialidade brasileira. No segundo capítulo, por exemplo, trataremos da sua construção a partir da diferença entre dialeto brasileiro e o português de Portugal. Pretendemos utilizar as produções acadêmicas da época como bons observatórios da relação entre os estudos linguísticos da espacialidade no Brasil e a constituição de um idioma nacional.

Os dois últimos capítulos tratam mais especificamente do funcionamento desta agenda. O terceiro capítulo foi todo ele dedicado à leitura do *Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral (1920) e do *Linguajar Carioca* de Antenor Nascentes (1992), obras inteiramente dedicadas ao estudo de variedades linguísticas específicas do português (falado) no Brasil. Como veremos no quarto e último capítulo, a partir dos anos 30 do século passado há uma intensa discussão sobre a metodologia a ser utilizada para a descrição da espacialidade brasileira que vai culminar, já na década de 60 com a idealização/realização do Atlas Linguístico do Brasil.

Enquanto algumas gramáticas “estabilizavam” certos conteúdos de caráter estritamente dialetológico, como é o caso de Candido Jucá Filho (1945), por exemplo, em outras obras definiam-se melhor os rumos que a pesquisa deveria tomar no Brasil, como são os casos de Serafim da Silva Neto (1995) e (novamente) de Antenor Nascentes (1961). É verdade que, mesmo em meio à profusão de tantos termos tão distintos (dialetologia, geografia linguística, etnologia linguística...), em tempos bem distantes na história do Brasil, a questão da espacialidade nacional estava sendo discutida no âmbito dos estudos da linguagem.

1.1 A Gramatização Brasileira

1.1.1 O processo e os instrumentos tecnológicos da Gramatização Brasileira

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber” (AUROUX, 2009, p. 11-12).

Para a crítica de Aurox (2009, p. 12), há um sério problema na forma tradicional de se fazer história da linguística: o de considerar a linguística “como uma forma de saber⁶ cuja organização e cujas propriedades formais seriam estáveis”. A constituição do saber linguístico é cotidiana, dinâmica e, como todo conhecimento é uma realidade histórica, importa mais compreender as relações deste saber com a sua espessura temporal, seu horizonte de retrospectão e seu horizonte de projeção do que organizá-lo na *atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro*.

Para responder “Sob que formas se constitui, no tempo, o saber linguístico?” e “Como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem?”, apresentamos a seguir, de forma sucinta, os três princípios adotados por Aurox (2009, p. 14), a saber, o da “definição puramente fenomenológica do objeto, o da neutralidade epistemológica e o do historicismo moderado”. Nessa perspectiva, o historiador (das ideias) deve tomar seu objeto não mais com sua natureza (pré-) definida, mas situá-lo em relação a só um campo de fenômenos. Como diz o próprio Aurox (2009, p. 14), “seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é o nosso objeto”.

Tomado assim o objeto, a neutralidade epistemológica será aquela que irá permitir estudar a ciência (fazer sua história) sem uma escala de valores (esta é melhor que aquela, etc.). Fazer, portanto, a história de um determinado objeto é antes de tudo entendê-lo como um produto da *interação das tradições e do contexto*. Daí o historicismo moderado⁷:

Não há nenhuma razão para que saberes situados diferentemente no espaço-tempo sejam organizados do mesmo modo, selecionem os mesmos fenômenos ou os mesmos traços dos fenômenos, assim como línguas diferentes, inseridas em práticas sociais diferentes, não são os mesmos fenômenos. (Ibid., p. 14).

O panorama geral apresentado por Aurox para a constituição das ciências da linguagem está de alguma forma relacionado ao modo de constituição do saber metalinguístico, em sua relação de continuidade com a esfera epilinguística (Ibid., p. 16). Os momentos de ruptura desta continuidade (as revoluções) compreendem o advento da escrita em 3.000 a.C. e a gramatização massiva do séc. V d.C até os fins do século XIX. Como *Revoluções Técnico-linguísticas*, apresentam, portanto, os seguintes instrumentos, as seguintes tecnologias:

6 Aurox coloca a questão da constituição do saber linguístico em outros termos. No *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, duas teses permitem revisitar a História da Linguística sob outro ponto de vista: (i) diferentemente do que imaginam frequentemente os historiadores, os linguistas e os filósofos sobre o nascimento das ciências da linguagem, Aurox coloca a escrita como *meio* e não *produto* das ciências da linguagem; e (ii) “o Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina.” (AUROUX, 2009, p. 8). Ver também Nunes (1996).

7 Ver Aurox (2009, p. 16): “O que modera nosso historicismo é um realismo metodológico que concede consistência ao saber e independência aos fenômenos, em sua existência, em relação a este saber.”

Revolução	Tecnologias
1ª Revolução Técnico-linguista	Escrita
2ª Revolução Técnico-linguista	Gramáticas e Dicionários

Mas o que é o fato da gramatização?

Deve-se fazer começar a gramatização com o aparecimento do primeiro saber metalingüístico de uma língua dada (por exemplo, quando se começam a citar palavras ou expressões em um texto de outra língua). É, no entanto, preciso que esse aparecimento seja a primeira margem significativa de uma série que se prolonga sem muita continuidade até a redação de gramáticas e dicionários. Não se fará pois começar a gramatização das línguas ameríndias com a Saga d'Eric le Rouge (século XII) ainda que esta comporte a transcrição de alguns nomes próprios (micmac ou beothuc?). De direito, o processo de gramatização nunca termina, porque, de um lado, as línguas evoluem, e, de outro, é difícil definir até onde se pode levar o processo de gramatização, cuja extensão foi muito variável segundo as línguas. Podemos, todavia, nos entender sobre o que significa para uma língua "ser gramatizada". É quando podemos falá-la (ou lê-la), em outras palavras, aprendê-la (em um sentido suficientemente restrito), com a ajuda apenas dos instrumentos lingüísticos disponíveis. (Ibid., p. 67).

Para o processo de gramatização, estão sendo levadas em conta as línguas em contato, uma como a Língua Alvo, ou aquela que se *gramatiza*, e outra como Língua Fonte, aquela que se impõe a partir de um modelo latino. Podemos pensar assim nos processos de *endo-* e *exo-gramatização*, a partir do próprio vernáculo em que se constroem os instrumentos linguísticos:

Poucas línguas dispunham de gramáticas e de dicionários, até que, a partir do Renascimento, os ocidentais começaram, na base de sua tradição gramatical greco-latina, a escrever gramáticas e dicionários para seus próprios vernáculos (endo-gramatização), assim como para as línguas que suas viagens os faziam descobrir através do mundo (exo-gramatização). (Ibid., p. 120).

No Brasil, o processo de gramatização tomou formas diferentes, em face da própria realidade linguística nacional. O estudo iniciado por Eni Orlandi em parceria com o Grupo da Paris VII sobre o *corpus* do Brasil viabilizou, principalmente aos pesquisadores da história das ideias linguísticas no Brasil, a retomada do processo de gramatização em função da complexidade em que se mostrava em outro espaço que não o do contexto europeu. Por mais que a língua portuguesa fosse a introduzida no Brasil a partir de 1500 com o início da colonização, aquilo que se aceitou acertadamente chamar de *gramatização brasileira* representa muito mais a realidade nacional do que uma mera extensão da língua de Portugal em solo colonizado.

A primeira dificuldade posta ao pesquisador é a de acertar o batimento entre o processo de gramatização no contexto europeu e no contexto brasileiro. No Brasil, o contato da língua colonizadora se dá com diferentes línguas – indígenas, africanas, etc. –, e em diferentes momentos. Lembremos com Orlandi (2001) que, diferentemente das nações europeias, a realização de um estado (arriscamos dizer nação) independente de Portugal, no Brasil, acontecia séculos depois da Língua Portuguesa já ter sido introduzida pelos colonizadores portugueses.

Para o processo de gramatização brasileira, deve-se levar em conta o trabalho dos Jesuítas com os índios, a chegada dos negros para o trabalho no Ouro e no Café, a utilização da Língua Geral pelos Bandeirantes, etc. Mais do que isso, nesta extensa espessura temporal, serão relevantes também as discussões em torno da língua nacional “brasileira” quando a relação língua/estado/nação é posta em xeque pela Independência. Ainda que o processo de legitimação do português tenha se iniciado muito antes (pensemos na política linguística de Pombal), a Independência, e mais tarde a Proclamação da República, deslocam a representação da língua nacional enquanto tal: língua de que nação, que língua?

Conceber a língua portuguesa num desdobramento entre o Português de Portugal e do Brasil é permitir analisar não mais a relação de uma língua fonte e de uma língua alvo, mas suas próprias relações internas de regularidade e diversidade que se constituem em espaço/tempo distintos, hiperlínguas diferentes. Nas palavras de Orlandi (2001, p. 13):

[...] se para os europeus é inadmissível falar em Nação sem pressupor a existência do Estado, para nós brasileiros e, creio para os povos cuja história passa pela colonização ou outras formas de dominação em que o estrangeiro domina, temos elementos para falar em formação da língua nacional antes mesmo que o Estado Brasileiro já esteja constituído com todas as letras. Desde o fim do séc. XVI, a língua falada no Brasil já não é a mesma que se fala em Portugal. Da vida e das práticas dos sujeitos que aqui se encontravam se formava progressivamente a sociedade brasileira. Mas a legitimidade dessa sociedade com suas próprias instituições, seu saber, suas práticas lingüísticas, seu poder político é elaboração particular do século XIX. Com a Independência, em 1822, o Estado brasileiro se constitui como tal e a questão da Língua Nacional se coloca. Até então, embora já existissem variações concretas, politicamente não se dava visibilidade a essa diferença. Com a independência e a institucionalização da sociedade brasileira a questão da Língua Nacional se apresenta de forma determinada: Língua e Estado devem se conjugar em sua fundação.

Organizamos resumidamente a proposta de Orlandi (2001, p. 22-23) para os momentos da constituição da língua nacional:

1º Momento (1500/1654)	2º Momento (1654/1808)	3º Momento (1808/1826)	4º Momento (1826/...)
<ul style="list-style-type: none"> - A língua portuguesa é falada por poucas pessoas (letrados, grandes proprietários de terra, funcionários); - População predominantemente indígena; - Predominância da Língua Geral; 	<ul style="list-style-type: none"> - Expulsão dos Holandeses e posse efetiva do território; - Aumento do número de Portugueses; - Chegada dos negros ao Brasil; - Diminuição do uso da Língua Geral; 	<ul style="list-style-type: none"> - Chegada da família Real Portuguesa; - Proibição do ensino das línguas indígenas nas escolas jesuíticas e obrigatoriedade do ensino de Português; 	<ul style="list-style-type: none"> - Oficialização da língua portuguesa como Língua Nacional no Brasil; - Produção de instrumentos linguísticos distintos dos de Portugal - Institucionalização do ensino da língua;

Para Orlandi (2001), a segunda metade do séc. XIX é o ponto inicial da gramatização brasileira. Na visão da autora, a independência política do Brasil recoloca a discussão sobre a relação entre as línguas num novo espaço-tempo. Diferentemente do passado colonial, quando havia predominância de outras línguas, ou quando a língua falada no espaço linguístico brasileiro era remetida para a representação do Estado, é somente a partir do séc. XIX que a língua portuguesa passa a *signo da nacionalidade* (ORLANDI, 2001, p. 24)⁸.

Há nesse período um intenso trabalho de construção do aparelho institucional que permite tratar o processo de gramatização de outra forma, pensando na formação de *brasileiros*. As tecnologias científicas e as instituições, que representam para Orlandi (2001) uma nova instrumentação, acarretam uma maneira diferente de se posicionar em relação à questão da língua falada no Brasil, agora distinta da de Portugal. A mudança na tradição gramatical que se processou durante este período tem ainda o particular de promover questões relativas ao ensino do português no Brasil.

No Rio de Janeiro, naquela época capital do país, Fausto Barreto do Colégio Pedro II recebeu a solicitação do Diretor Geral da Instrução Pública, Emídio Vitório, para organizar o “Programa de Português para os Exames Preparatórios”⁹. Para esta solicitação, a resposta brasileira foi de produção de uma série de instrumentos linguísticos voltados a este Programa (mais especificamente gramáticas)¹⁰. O que muitas destas gramáticas faziam além de respeitar as instruções do programa era dizer que rompiam com a tradição portuguesa da gramática filosófica. Eni Orlandi (2001, p. 25) toma como exemplo, entre outras, as gramáticas de Júlio Ribeiro e de João Ribeiro, de 1887 e 1881.

8 Ver também p. 36: “No Brasil, no final do séc. XIX, o projeto de uma gramática brasileira do português é reivindicado não somente pelos gramáticos fiéis à tradição da gramática filosófica, mas sobretudo pelos filólogos vindos da filiação à gramática histórico-comparativa. Estes gramáticos produzem, a partir deste momento, um conhecimento da língua que será substituído pouco a pouco pelo estudo da linguística.”

9 Os exames funcionavam como critério para admissão nos cursos universitários. Ver Orlandi (2001)

10 A portaria é de 05 de abril de 1887. Ver Maciel (1928).

Com efeito, é pela Escola, pelos debates, manuais, publicações em geral que se formulará esta relação da ciência e da língua com a formação da Nação. A política intervirá com a Proclamação da República no Brasil. Especificamente com relação à sua língua, ser autor de gramática é ter uma responsabilidade como homem de ciência e ter uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil.

Bem mais tarde, já em 1959, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) marca o processo de constituição da língua nacional¹¹ e põe fim ao processo de gramatização brasileira.

1.1.2 Efeitos da Gramatização Brasileira

Dentro deste contexto da *gramatização brasileira*, partimos da hipótese de que é possível pensar na constituição de uma agenda linguística para a espacialidade brasileira a partir do último quarto do século XIX. Admitimos, primeiramente, uma série de co-incidências entre o processo de gramatização no Renascimento e no Brasil, seja na conservação e acumulação de um Saber empírico elementar, seja na oposição que propunha de uma língua I em relação a uma língua II em gramatização. Será possível detectar, no caso brasileiro inclusive, exemplos de utilização de uma mesma metodologia de comparação entre as línguas, como no caso de Rodolfo Garcia¹² com a análise de tradução interlinear entre o português (o francês) e o tupi, semelhante ao ocorrido com o tâmul, o chinês, o finês para enumerar alguns¹³.

O espaço linguístico brasileiro¹⁴ estaria sendo assim redefinido, retomado a partir dos efeitos do processo de gramatização da “língua” brasileira pelo Português do “novo” Brasil. Reconhecer, no caso de um país (des)colonizado, que ele tem uma esfera externa e interna em relação à sua própria constituição linguística é por fim reconhecer a si mesmo como entidade linguística. Reconhecia-se a diferença da língua portuguesa falada no Brasil, ainda que, não no mesmo ritmo, se iniciavam as descrições da diversidade da língua falada em território nacional. Como vê Orlandi (2001, p. 35):

A gramatização em um país colonizado trabalha segundo um duplo eixo: o da universalização, o dos deslocamentos. Ter uma gramática, nestas condições, significa ter direito à universalidade, ter direito à unidade (imaginária) constitutiva de toda identidade. Por outro lado, falar dos “usos variados” é defender uma “outra” língua. Com efeito, uma vez conquistado o direito à unidade, imediatamente recomeça-se a reconhecer as variedades: a influência da língua dos índios, das

11 Sobre a NGB ver Baldini (1999).

12 Estamos fazendo referência à publicação do texto *Phrases e Discursos tupis* no n. 5 de 1920 da *Revista de Língua Portuguesa* dirigida por Laudelino Freire. Ver Freire (1919).

13 Ver Auroux (2009).

14 Ver a hipótese de Guimarães in Orlandi (2007) sobre o modo de funcionamento das línguas no espaço linguístico (de enunciação) brasileiro (língua materna/alheia/franca x nacional/oficial/estrangeira);

línguas africanas, etc. Este reconhecimento é o próprio da constituição da unidade do Português Brasileiro.

Há, contudo, um pequeno problema em aceitar sem restrição, como efeito direto da gramatização, o trabalho contrastivo entre as línguas envolvidas. Talvez, a peculiaridade do fenômeno no Brasil é que ele tenha se dado na base de *uma mesma língua*. Se pensarmos por exemplo que uma das características (mais ou menos gerais) do fenômeno da gramatização é uma tradução de língua à língua, veja como resultado as listas de palavras, por exemplo, diferentemente do contexto europeu; no Brasil, esta característica deve ser seriamente repensada.

Repensada porque, como o Português no Brasil havia se tornado a língua do estado, primeiro da Monarquia (diga-se Portuguesa), e depois da República, durante o período da gramatização no Brasil, *um português*, mas diferente de Portugal, deveria tomar a posição de língua de estado, língua de nação. Assim, para Orlandi (2007) e Auroux (2009), a gramatização endógena da língua brasileira vai interferir na relação língua/estado/nação. Pensar então na constituição de uma agenda, que toma por objeto/fim construir uma Gramática Contrastiva, no Brasil, é apontar para a diversidade externa e interna da própria língua portuguesa. Constituir uma Gramática Contrastiva da Língua Portuguesa seria compreender a própria realidade da língua falada no Brasil em relação à língua portuguesa de Portugal.

Apoiada numa nova orientação teórica e filosófica, esta Gramática Contrastiva terá como fim primordial descrever a diversidade linguística brasileira em dialetos, transformando os estudiosos brasileiros em verdadeiros linguistas de campo. Não será difícil sustentar que, anos mais tarde, as anotações de Antenor Nascentes no *Linguajar Carioca* e as de Amadeu Amaral no *Dialeto Caipira* serão verdadeiras Gramáticas Contrastivas da Língua Brasileira, subsídios para as primeiras *gramáticas dialetológicas* dos anos 30 em diante. Permanecerá desta agenda nos estudos da linguagem esta mentalidade dialetológica, não uma “tendência”, um *mainstream*, mas uma vertente, uma espécie de *necessidade linguística*. Uma série de trabalhos subsequentes poderão ser nesta base desenvolvidos, como os da Geografia Linguística de Serafim da Silva Neto, ou mesmo Cândido Jucá (Filho) nas décadas de 30 e 40, até os trabalhos pelo Atlas Linguístico do Brasil na década de 60 e seus desdobramentos em Atlas regionais anos mais tarde.

Se, contudo, a espacialidade brasileira foi até aí analisada sob a perspectiva de uma agenda dialetológica, é com o advento da Sociolinguística que ela passa a ser compreendida em relação aos fenômenos de variação e mudança, relacionados de certa forma às diferenças diastráticas concernentes à língua falada no Brasil. De toda maneira, mesmo compreendendo que ocorre

a partir da década de 60 uma re-estruturação na abordagem da espacialidade brasileira, e que isto tenha sido necessário para a própria constituição da Sociolinguística Brasileira, num quadro geral de uma História das Ideias Linguísticas no Brasil, a temática da espacialidade nas ciências da linguagem parece permanecer. Hoje, por exemplo, fala-se em Geosociolinguística e em abordagens pluridimensionais. Os exemplos são mais do que fartos¹⁵.

Para estabelecer então um recorte temporal sobre os estudos relativos à espacialidade brasileira, optamos inicialmente em nosso trabalho, que reconsidera uma série de outras propostas para a Língua Portuguesa no Brasil¹⁶, por considerar as seguintes condições de produção:

a) É partir do fim do século XIX que figuram em nossa produção linguística as primeiras tecnologias linguísticas “brasileiras”, fruto do processo de gramatização. É também dentro deste período inicial (que vai até a publicação do *Dialeto Caipira* e do *Linguajar Carioca*) que estão postas, algumas vezes pelo veículo da Filologia, as discussões a respeito da diversidade linguística no Brasil.

Ressaltamos que os estudos em Filologia no Brasil, iniciados em Portugal por J. Leite de Vasconcelos¹⁷, perduram no Brasil por décadas ainda. Basta lembrar que na década de 40 do séc. XX é criada uma comissão de estudos em Filologia, da qual alguns membros participaram do episódio da denominação do idioma nacional¹⁸.

b) Edith Pimentel Pinto (1978), por exemplo, verificou que no período de 1920-1945 houve uma opção pelo enfoque dialetológico e a adoção de um vocabulário da Geografia Linguística e da Dialetoologia.

Neste período, passam a figurar como partes integrantes de algumas produções acadêmicas brasileiras¹⁹ a Dialetoologia, a Geografia Linguística, etc... Ocorre também uma tendência à orientação descritivista dos fenômenos.

c) A partir de 1950, a discussão sobre a diversidade linguística brasileira tomada a partir de bases dialetológicas deslocou-se de certa forma das gramáticas para a feitura dos Atlas no Brasil. Os Atlas Linguísticos, anos mais tarde concretizados, passaram a *mapear* a diversidade linguística brasileira. Serão relevantes para nós as primeiras discussões e as primeiras realizações para o

15 Ver: 1) Geoling. Atlas Geosociolingüístico do Pará. Alipa. www.ufpa.br/alipa; 2) CUNHA, Claudia. (org.). Rio de Janeiro, UFRJ/Pós-Graduação em Letras Vernáculas. 2006. 196p. www.lettras.ufrj.br/posverna/livros.html.

16 Fazemos referência aos trabalhos de Mattoso no *Os estudos de português brasileiro* (ver CÂMARA JR., 2004) e de Carlota Ferreira e Suzana Cardoso no *A dialetologia no Brasil* (ver FERREIRA; CARDOSO, 1994). Ver também Brandão (1991). Para uma leitura mais geral, ver Silva (2004).

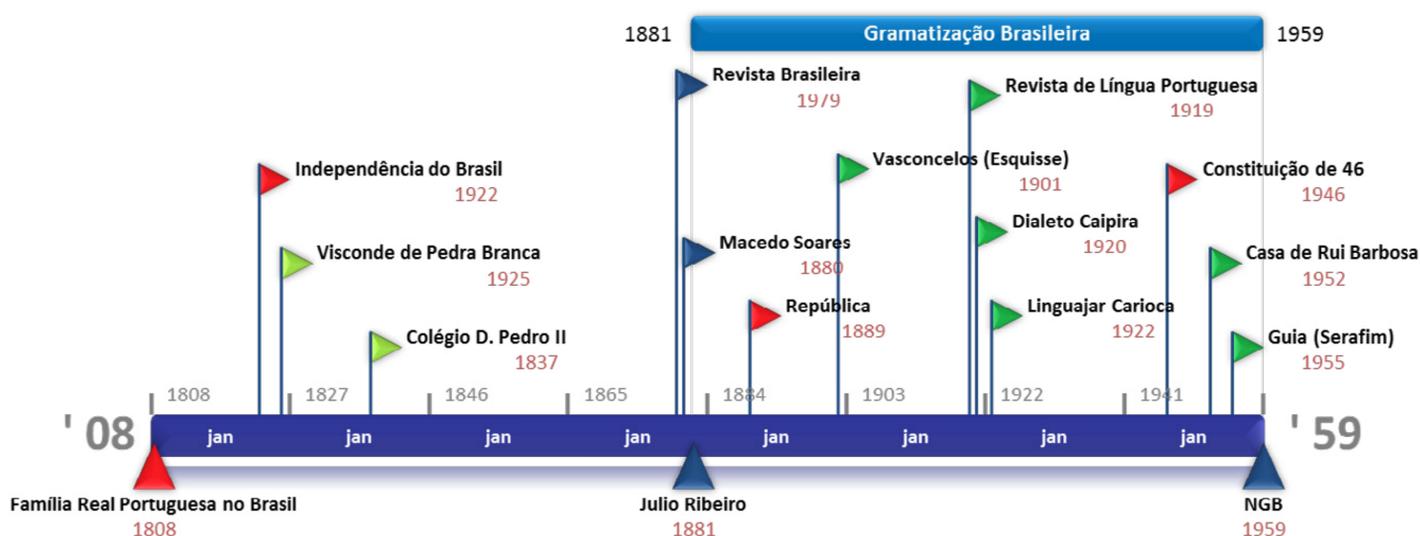
17 Ver Vasconcelos (1901).

18 Fazemos referência ao episódio da Constituição de 1946.

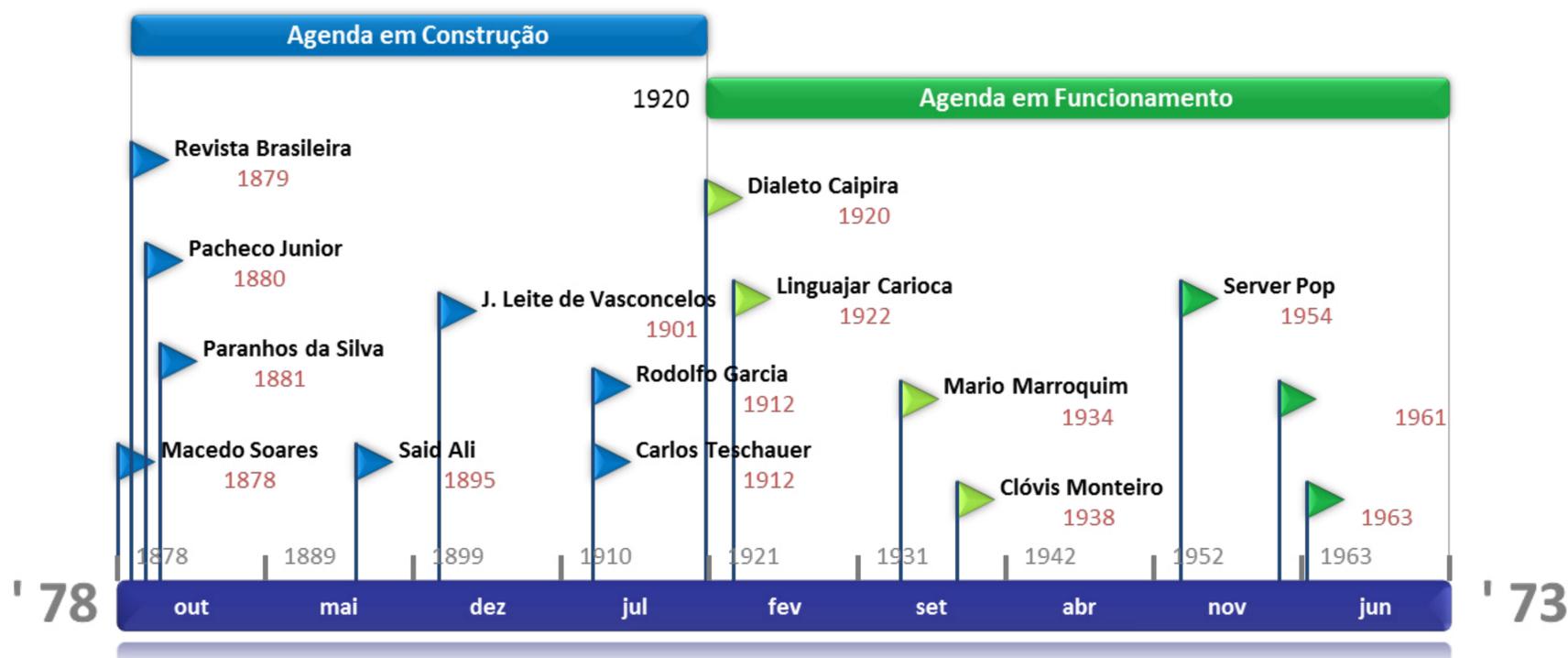
19 Por exemplo n' *O Português do Brasil* de Renato Mendonça de 1936 e na *Gramática Histórica do Português Contemporâneo* de Candido Jucá (Filho) de 1945. Ver Mendonça (1936) e Jucá Filho (1945) respectivamente.

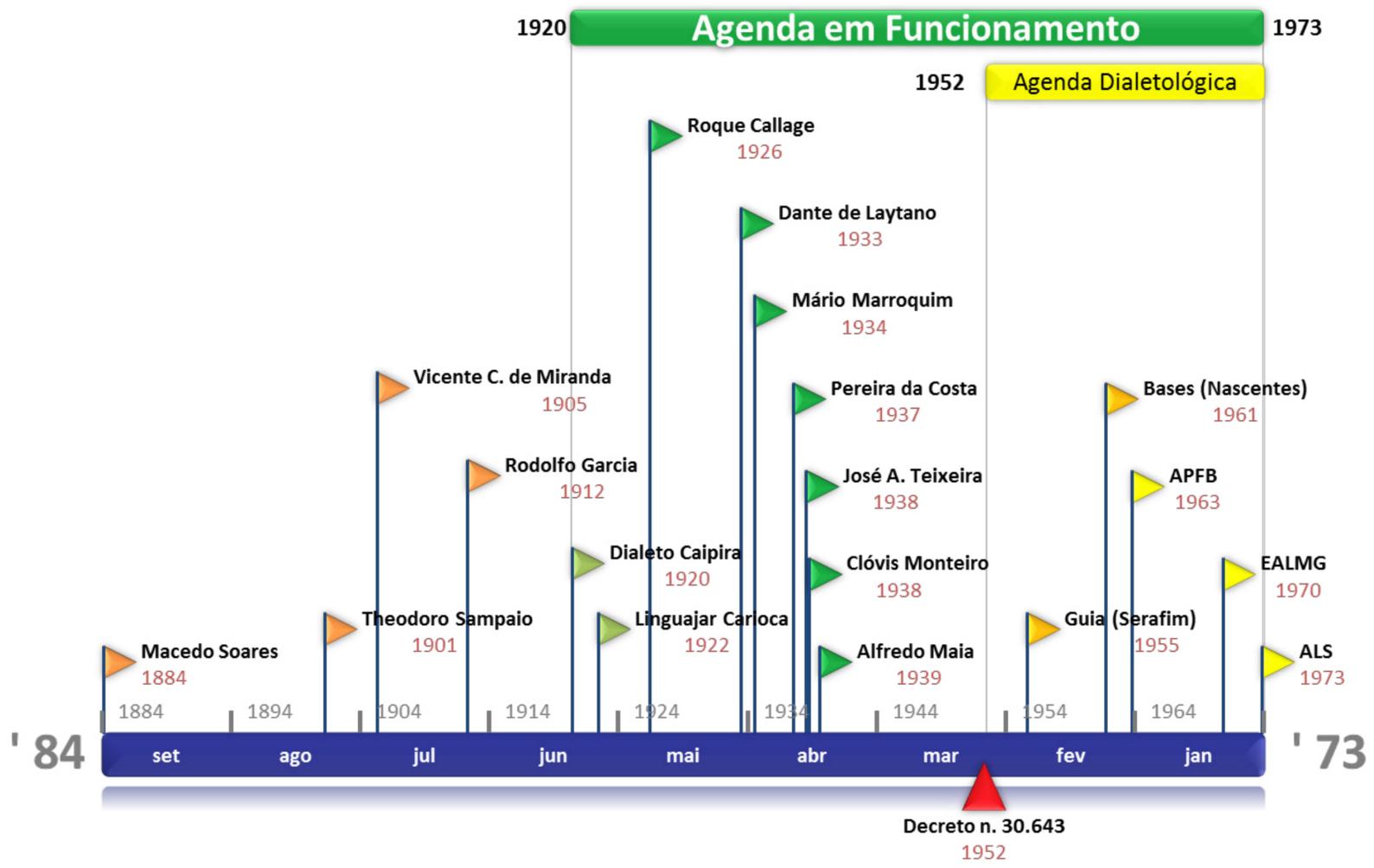
atlas linguístico nacional e os atlas linguísticos regionais. Neste período, vemos paralelamente a este deslocamento uma possível reorientação metodológica (uma nova instrumentação) expressa na passagem de uma dialetologia tradicional a moderna.

Estabelecemos assim, dentro das fases distintas desta linha do tempo, uma agenda mais ou menos regular, voltada para a descrição da diversidade da língua portuguesa falada no Brasil. Nossas considerações vão tomar, primeiramente, dois momentos distintos desta agenda da espacialidade: uma fase inicial, de construção, que vai até a publicação dos textos de Amaral e Nascentes; e outra fase de funcionamento, que vai até os trabalhos para o Atlas Linguístico do Brasil. Nesta segunda fase, principalmente se pensarmos no aporte teórico e metodológico implementado, percebemos também que há uma diferença notável dos trabalhos sobre a espacialidade brasileira até a década de 50 para os publicados posteriormente. Diremos que, a partir de Serafim, a agenda torna-se de cunho estritamente dialetológico.



Made with Office Timeline 2010 www.officetimeline.com





Made with Office Timeline 2010

www.officetimeline.com

2. A agenda em construção: teorias e conceitos em atividade

2.1 Arquivo (1879-1922) – recortes e delimitações

O processo de gramatização brasileira, a partir das duas últimas décadas do século XIX, e que se estende até os anos vinte do século posterior, com a publicação de duas obras de cunho estritamente dialetológico, a saber, o *Dialeto Caipira* e o *Linguajar Carioca* (de Amadeu e Nascentes), vai constituir, de forma não consciente, porém significativa e gradualmente, um *arquivo de estudos relativos ao idioma nacional*²⁰. Na base da constituição deste arquivo, que aponta para uma diferenciação do português do Brasil do de Portugal, duas frentes são bastante expressivas: o estudo da ortografia (a criação/constituição de uma ortografia lusitana, brasileira ou “unificada”, com base *sônica* ou *etimológica*) e o estudo das variações dialetais.

Ambas apresentavam uma proposta de descrição e catalogação da língua nacional. Fazemos referência aqui ao fato de estudiosos envolvidos nestas discussões sobre ortografia e variação dialetal, como Macedo Soares e Beaurepaire-Rohan, participarem da confecção dos primeiros dicionários monolíngues brasileiros. Como afirma Nunes (2006, p. 205):

No último quartel do século, com os movimentos Republicanos, surgem os chamados dicionários de brasileirismos. Estes realizam uma compilação de produções anteriores e continuam a funcionar como complemento dos dicionários portugueses. Tem lugar nesse momento a construção de uma imagem dos falantes como “povo” brasileiro e a formação de um discurso de língua nacional. Percebe-se uma prática de reconhecimento das diferenças e dos falares existentes no território, de maneira que o dicionário se apresenta como um instrumento de descrição e transformação dessas diferenças, seja pelo discurso da moral, seja pelo da técnica.

Nossas hipóteses tentam confirmar que, no início da gramatização brasileira, a lexicografia foi fundamental para o entendimento das diferenças, assegurando assim a abertura para os estudos de base dialetológica. Como veremos mais adiante, os trabalhos de Macedo Soares e Beaurepaire-Rohan na *Revista Brasileira* são estudos *lexicographicos do dialecto brasileiro* que apontam, dentre muitos outros caminhos, pelo menos para o do desenvolvimento teórico metodológico dos estudos da linguagem (lexicologia e dialetologia) e para o da formação de um discurso de língua nacional.

Sobre a questão da ortografia, ressaltando que dentro deste período ora estudado ela posiciona claramente Portugal e Brasil sobre a questão da escrita de Língua Portuguesa, não poderemos fazer mais do que alguns comentários. Nossa dificuldade reside no fato de que esta discussão, ainda que muito rica e produtiva para uma melhor compreensão de uma História “Geral” das Ideias Linguísticas no/do Brasil, foge da temática central desta pesquisa que é a de

²⁰ Subtítulo da *Revista de Língua Portuguesa* dirigida por Laudelino Freire.

entender a diversidade linguística entre os dois países, e dentro do Brasil mais especificamente, com bases *dialetológicas*.

A discussão sobre a ortografia, ou melhor, sobre a sua história e sua constituição, é sem dúvida nenhuma riquíssima, e muito vasta, a ponto de Edith Pimentel (ver PINTO, 1978, p. XLIV e XLV), por exemplo, fazer referência a um “século ortográfico” composto por *atos de verdadeira dramaticidade*:

[...] a ortografia passara a constituir, como anteriormente os *neologismos*, e simultaneamente com a *colocação pronominal*, o principal ponto de atrito entre tradicionalista e renovadores. Era, porém, matéria de significado maior, pois correspondia não a mais um episódio na luta pela independência da língua ou pela autonomia do falar brasileiro, mas ao tácito reconhecimento desse fato, que permitia aos brasileiros assumirem a responsabilidade de disciplinar a representação gráfica do seu falar. Ao mesmo tempo em que desmistificavam formas consagradas etimologicamente, cortavam as amarras que os ligavam a um passado já sem significação da nova realidade lingüística. Embora imprecisamente formulada e, em vista das circunstâncias, com escassa possibilidade de sucesso, era a primeira manifestação de uma *política da língua*.

As produções científicas que estamos utilizando como base para a constituição deste arquivo, recortado para a análise da atividade e do movimento dos conceitos de *dialeto brasileiro*, *línguas brasílicas* e outros mais, não excluem a polêmica questão da ortografia de Língua Portuguesa de suas páginas. Contudo, além destas produções científicas e deste período em análise neste momento da pesquisa, a questão da ortografia deveria necessariamente remontar aos atos administrativos, aos decretos, etc., e em última instância ao VOLP e ao atual e também polêmico Acordo Ortográfico assinado por Brasil e Portugal, e demais países onde se faz presente a Língua Portuguesa (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Não é, sem dúvida, o objetivo central desta pesquisa atual.

É importante ressaltar, ao menos, que um argumento central contra a proposta de ortografia fonética foi justamente a variação linguística de caráter espacial. A solução²¹ de Gonçalves Viana foi exemplar, tentando fugir do problema com uma “visão fonêmica” *avant la lettre*²².

Assim, priorizando o estudo das variações dialetais, e com inspiração naquilo que Lilia Moritz Schwarcz²³ viu nos homens *de sciencia* do Brasil e nas instituições (e seus veículos de divulgação) brasileiras do fim do século XIX em relação à raça como um *espetáculo*, nosso

21 Ver Gonçalves (2003): “[...] o sábio foneticista e filólogo [Gonçalves Viana] não é um “sônico”, pois procurava um sistema que, em vez das realizações concretas ou físicas, tão variadas quantas as regiões e os indivíduos, reflectisse sobretudo a componente fonológica, logo, os aspectos gerais e pertinentes”.

22 Ver Pagotto, *O Lingüista e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos* in Orlandi (2007).

23 Ver Schwarcz (2005).

trabalho aqui também pode ser considerado como parte de uma história social das ideias “linguísticas” (história construtivista da ciência), na medida em que tenta dar lugar tanto à dinâmica de reconstrução de conceitos e modelos como ao contexto em que essas teorias foram inseridas, conferindo-lhes ainda novos significados. Não se trata assim de atrelar esta ou aquela consideração teórica nacional a determinada vertente europeia ou norte-americana, mas entender a originalidade desta “cópia” em função da situação política, social e científica do país naquela época, afinal, como percebe Edith Pimentel em relação às citações e referências bibliográficas (PINTO, 1978, p. XLVI):

[...] não se delineia uma linha segura, ou, pelo menos, uma, de pensamento, de maneira que não se pode acompanhar com facilidade uma trajetória até as fontes da influência ou filiação a esta ou aquela teoria lingüística. O que ressalta, à primeira vista, é a afoiteza e o ecletismo, na adoção e aplicação de doutrinas estrangeiras: as citações de obras e autores, que começam a surgir depois de 1880, com maior freqüência, embora não com método, comprovam a leitura, mas nem sempre a assimilação de conhecimentos, e, conseqüentemente, a perfilhação de teorias às vezes reciprocamente excludentes.

Contudo, se para Lilia Moritz Schwarcz foi possível fazer referência a um *Espetáculo das Raças* em meio à questão da escravidão (ou de sua extinção), nos propomos aqui a averiguar um caso distinto de descrição e análise, referindo-se a dialetos em meio ao contexto da Proclamação da República ou fim da Monarquia – representação no imaginário das elites locais da verdadeira Independência, e suas conseqüências. Provavelmente, as teorias e os conceitos utilizados para dar conta da diferenciação do Português do Brasil do Português de Portugal, diferenciação esta signo de nossa própria constituição de nacionalidade, estavam em plena atividade, e assim como a escravidão exigia uma “nova” raça, um novo povo, provavelmente a República também exigiria deste novo povo uma nova língua.

Para analisar melhor este movimento teórico, que vai da compreensão de uma língua brasílica (ou *dialecto brasileiro*) como mera influência de línguas indígenas autóctones (e em menor grau de línguas africanas) no Português Lusitano transplantado, à constituição de um Idioma Nacional (do Brasil), este arquivo vai retomar primeiramente três produções científicas diferentes ao longo destes quase quarenta anos (mais ou menos de 1880 a 1920) do fim do século XIX ao início do século XX:

- a) A *Revista Brasileira* na fase Midosi (1879/1881) e na fase Veríssimo (1895/1899);
- b) O *Esquisse D'une Dialectologie Portugaise* (1901) de J. Leite de Vasconcelos;
- c) A *Revista de Língua Portuguesa*, dirigida por Laudelino Freire, de 1919 a 1924.

No caso específico das revistas, nossa proposta foi a de pensar nessas produções como instrumentos próprios ao espaço da ciência, da produção de saber linguístico. As revistas talvez possam assim representar um lugar “autorizado” de produção científica e no qual se efetivam as formações discursivas que interferem no espaço linguístico brasileiro, ou, noutras palavras, no qual começa a se efetivar a agenda da espacialidade brasileira.

No período em análise da *Revista Brasileira*, em meio ao processo de gramatização no Brasil, vamos considerar as discussões por parte dos autores nacionais sobre o termo *dialeto brasileiro* e sua relação com a constituição de uma língua nacional; e também a maneira como estes textos, pensados então no interior de uma Agenda da espacialidade brasileira, fundamentam a afirmação de uma “narrativa padrão”, que diferenciava o português do Brasil do de Portugal, de um lado, e revelava a *diversidade concreta* da língua falada no Brasil, de outro.

Faziam parte, por exemplo, do conselho da *Revista de Língua Portuguesa* dirigida por Laudelino Freire nomes como Alberto Faria, da Academia Brasileira, Candido de Figueiredo, da Academia de Ciências de Lisboa, Carlos de Laet, João Ribeiro e Silva Ramos do Colégio Pedro II, Leite de Vasconcelos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Rodolpho Garcia e Solidonio Leite da Faculdade de Filosofia e Letras, Daltro Santos, Mario Barreto e Maximino Maciel do Colégio Militar, etc.

Nesses lugares de produção científica também é possível observar a relação cada vez mais distanciada entre o sujeito que produz o conhecimento científico, o cientista, e o público leigo. Veja, por exemplo, que, a partir do terceiro número da *Revista de Língua Portuguesa*, passa a integrar a revista uma seção de consultas. Eram os próprios leitores, leigos, laicos para pensar nos ideais republicanos, que encaminhavam as dúvidas para resposta das autoridades. Se pensarmos nos termos de Nunes (1994), poderíamos talvez assumir este momento como um elemento novo na *formação do leitor brasileiro*.

Na *Revista de Língua Portuguesa*, com início de publicação em 1919, observaremos como esta “narrativa padrão” se consolida em face aos efeitos da gramatização. A partir dos textos da *Revista* discutiremos, por exemplo, a questão da origem da língua portuguesa, remetendo-a, sempre que possível, à constituição da língua nacional e de sua inserção no espaço linguístico brasileiro. A revista é notadamente um espaço de produção de saber linguístico específico: por um lado, por colocar em pauta as questões linguísticas (ou sobre a língua) numa perspectiva “científica” e, por outro, por colocá-las numa perspectiva nacional.

Entre a publicação das duas Revistas, destacamos o texto de J. Leite de Vasconcelos *Esquisse D'une Dialectologie Portugaise*, que colocava o português do Brasil como um dialeto da Língua Portuguesa. Este texto de 1901, considerado a primeira publicação em Dialectologia Portuguesa, trabalhava a partir de uma perspectiva da então recente Geografia Linguística, e foi por muitas vezes e por muitas décadas uma das principais referências sobre o assunto.

2.2 A Revista Brasileira (1879/1881 e 1895/1899)

Com o título de *Revista Brasileira*, a primeira publicação sequencial²⁴ foi dirigida por Cândido Batista de Oliveira (1801-1865). Deputado, Ministro, Professor do Colégio militar, com formação em Matemática em Coimbra, e na Escola Politécnica de Paris, publicou quatro volumes de 1857 a 1861. A segunda publicação expressiva da *Revista*²⁵, desta vez dirigida por Nicolau Midosi de junho de 1879 a dezembro de 1881, somou trinta números, reunidos em dez volumes, e tem sua importância justificada nas palavras de Evanildo Bechara²⁶:

Em suas páginas tiveram primeira publicação as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis; os poemas de Fagundes Varela que constituem O Diário de Lázaro; a “Introdução à história da literatura brasileira”, de Sílvio Romero, aproveitada mais tarde na sua História da literatura brasileira, entre tantas e importantes publicações.

Retomada em 1895 por José Veríssimo e publicada até 1899 (93 fascículos), a revista é, por exemplo, o veículo de divulgação dos discursos inaugurais da Academia Brasileira de Letras, proferidos na ocasião por Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Rodrigo Otávio. Por iniciativa de Levi Carneiro, presidente à época da Casa de Machado de Assis, a Revista é retomada novamente em 1941, desta vez publicada pela Academia Brasileira de Letras.

Com interrupção de 1948 a 1958, Levi Carneiro ainda dirige a *Revista Brasileira* até 1966. Josué Montello, com poucos números publicados, reúne seis volumes, de 1975 a 1980. A partir de 1994, dirigida por João de Scantiburgo, passa a ser publicada trimestralmente, abrindo assim a Fase VII. Encontra-se atualmente no 64º número, referentes a julho, agosto e setembro de 2010²⁷.

Trabalhamos aqui nesta pesquisa com os textos que foram organizados em 2005 pela Comissão de Lexicologia e Lexicografia da ABL, publicados em dois volumes com apresentação de Evanildo Bechara, sob o título de *A Língua Portuguesa na Revista Brasileira*. Nas duas primeiras fases da revista brasileira é predominante a discussão da diferença da Língua Portuguesa no Brasil em relação a Portugal.

Este conjunto de textos reunidos em torno de temáticas tão distintas (lexicologia, sintaxe, fonologia, etc.), mas de alguma maneira convergentes no sentido de separar as duas línguas em

24 Com o nome de *Revista Brasileira, Jornal de Literatura, Teatros e Indústria* e dirigida por Francisco de Paula Meneses foi publicado um único número em 1855.

25 Anexamos a este texto o prefácio da *Revista Brasileira* na fase Midosi, constante na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ (ver ANEXO I).

26 É o mesmo texto que aparece no site da Academia Brasileira de Letras <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=31#>. Fazemos referência à republicação (em fac-símile) pela ABL em 2005 do *A Língua portuguesa na Revista Brasileira*. Ver Bechara (2005).

27 Estas informações foram colhidas no site da Academia Brasileira, na seção de Publicações, *Revista Língua Brasileira* (ver <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=31>).

questão, pode exemplificar o intenso trabalho de instrumentação da língua no Brasil durante este período, reflexo assim da gramatização pela qual passava a língua portuguesa. São comuns, por exemplo, a utilização dos paradigmas verbais, das traduções interlineares, dos conjuntos de regras e exemplos, etc.

De uma maneira geral, é possível perceber algumas mudanças da primeira para a segunda fase, principalmente nos eixos temáticos da *Revista*: desaparecem consideravelmente os textos sobre lexicologia (etimologia) e ortografia. Há de se considerar aí que Beurepaire-Rohan e Macedo Soares contribuem em muito na primeira fase para o desenvolvimento destes temas através da publicação da *Reforma da Orthographia portugueza I e II* do primeiro e os *Estudos lexicographicos do dialecto brasileiro* do segundo. Batista Caetano, falecido em 1882, não participaria da segunda fase com seus trabalhos sobre etimologias tupi e guaranis.

Os textos de *análise de língua* permanecem na fase Veríssimo, por exemplo, a colocação dos pronomes, a conjugação verbal, etc., mas nunca é tarde para lembrar os trabalhos de Said Ali sobre os verbos sem sujeito e a acentuação. Acreditamos que seja possível por esse viés, por exemplo, perceber como vão se introduzindo as questões mais ligadas à ciência linguística propriamente dita. As questões eram assim mesmo nomeadas – *Linguística* (em Paranhos da Silva) e, em alguns casos, *glotologia* (em Pacheco da Silva Junior), e por elas os autores brasileiros podiam perfilhar uma imensidade de teorias estrangeiras/importadas que, como já vimos, eram muitas vezes incompatíveis umas com as outras nos mesmos autores.

Questões redefinidas, fronteiras retraçadas²⁸

Uma característica significativa e recorrente nessas publicações é a discussão a respeito do conceito de *língua*. Podemos destacar o grande número de termos utilizados: *língua*, *dialeto*, *idioma* e muitos outros adjetivos como *americana*, *indígena* e, principalmente, *brasileiro(a)*. Às vezes nesta discussão sobre os termos podemos também salientar as primeiras considerações (científicas) a respeito do aparato metodológico utilizado, que ia aos poucos diferenciando as abordagens filológicas das abordagens glotológicas (ou linguísticas).

Se de um lado estas discussões se voltavam para a compreensão de uma unidade abstrata da língua falada no Brasil, por outro davam início a uma melhor observação das diferenças existentes entre os diferentes falares aqui mesmo no Brasil. Esta diversidade concreta podia ser percebida quando começavam a se esboçar as diferenças linguísticas entre as províncias, afetando assim a maneira como os estudiosos percebiam o espaço linguístico brasileiro.

28 Aproveitamos do *Orientalismo* parte do título da primeira seção do segundo capítulo. Ver Said (2007).

Bom exemplo dessas considerações na *Revista Brasileira* pode ser visto nos trabalhos de Macedo Soares, que serão fundamentais para a confecção, anos mais tarde, de seu Dicionário. É uma nota de rodapé incluída pela direção da revista que chama a atenção para este movimento que oscila entre a aceitação de uma unidade abstrata da língua portuguesa falada no Brasil e a percepção da diversidade concreta com a qual ela se manifesta:

(1) Este é o terceiro artigo dos ESTUDOS LEXICOGRAPHICOS do Sr. MACEDO SOARES. O primeiro, que deixou de ser numerado, vem no tomo I desta Revista, Pag.587, e intitula-se – Sobre a Etymologia da palavra boava ou emboaba-; o segundo, que se inseriu no tomo III, pag.118, denomina-se – Sobre a Etymologia da palavra peão ou pião.

N. DA D.

Ao longo das discussões, o próprio autor faz diversas referências ao trabalho que deu origem a esta sequência de textos e que se iniciaram em 1874 quando Macedo Soares foi nomeado Juiz de Direito da comarca de São José e Campo Largo, na província do Paraná²⁹, chamado de *Vocabulário da Província do Paraná*. O que chama a atenção nesse estudo etimológico desenvolvido por Macedo Soares, e já apontado por Nunes (2006), parece estar no fato de que a discussão a respeito da Língua Nacional não só modifica a forma como é *interpretada* a sua relação com as línguas indígenas (e não mais exclusivamente o tupi ou o guarani), mas também coloca em evidência a relação das demais línguas para a sua constituição (da Língua Nacional), como, por exemplo, é o caso das línguas africanas.

Veja, por exemplo, o quadro apresentado à página 73 (no original *Sobre a etymologia da palavra boava ou emboaba*, página 590) que lista uma série de palavras Kariris, Cames e Tupis do Amazonas, além de termos Guaranis e Tupis; e o vocabulário africano (lista de palavras) apresentado da página 113 à 123 (259 à 269 no original). Vejamos então a definição que Macedo Soares dá de *dialecto brasileiro* (p. 124/125):

Temos muitas vezes, no correr deste escripto, falado em *dialecto brasileiro*. Cumpre observar que não apuramos o valor scientifico da palavra *dialecto*. Si entendermos por dialecto a linguagem derivada da língua geral de uma nação e particular a uma cidade ou província, o brasileiro não é dialecto do portuguez. Por outro lado, a expressão *língua brasileira* nos parece demasiado pretensiosa, si se quer com ella distinguir o portuguez falado no Brazil, modificado pelo clima, pela natureza ambiente, pela influencia dos elementos africano e indiano, das relações commerciaes, etc., do portuguez falado em Portugal. Empregamos como mais modesta a outra expressão, que é ao mesmo tempo menos incorreta, e dá bem entender que nos referimos ao movimento dialectal que visivelmente se está operando na linguagem nacional.

29 Maiores informações sobre a atuação na área jurídica de Macedo Soares ver <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=154>

Todavia é o próprio Macedo Soares, quando versa sobre a etimologia da palavra planalto, que escorrega nessa grande confusão de termos para a língua portuguesa falada no Brasil. Numa nota de rodapé à página 133 (392) diz ele:

(1) Já tivemos ocasião de explicar o sentido em que empregamos a expressão *dialecto brasileiro* (Rev. Braz., III). Em geral falamos esse dialecto, mas procuramos escrever um portuguez que às vezes não é entendido, porque... digamos com franqueza: o portuguez de Portugal não é inteiramente a língua do Brazil, e é raro escrever bem não sendo na própria língua.

De fato, devemos assim concordar com a célebre tese de Orlandi (2009) sobre a noção de Língua Nacional de que *na falta de teoria, sobra língua*. Se anteriormente Macedo Soares se recusou a utilizar o termo “língua brasileira”, é nesse movimento que vai de *um* português (existe então mais de um?) até a língua do Brasil, que reconhece uma língua estrangeira/nacional: a nossa *própria* língua.

Nas páginas da *Revista Brasileira* na fase Midosi é Pacheco Junior que vai se ater mais especificamente ao *valor científico da palavra dialecto*. Num texto chamado “O Dialecto Brasileiro” (e reparem já no uso do artigo definido) o autor da *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa*, publicada antes no Rio de Janeiro em 1878 para os alunos do Colégio Pedro II³⁰, vai negar veementemente a terminologia utilizada por Macedo Soares. Sua linha de argumentação vai sustentar-se num princípio bastante simples e que certamente vai confirmar, como veremos mais à frente quando analisarmos os trabalhos de J. Leite de Vasconcelos, que as discussões estavam muito influenciadas por questões patrióticas.

De uma maneira geral, podemos afirmar que a preocupação de Pacheco Junior consistia em não aceitar a inferioridade do português falado no Brasil em relação ao de Portugal: “Para o glottologo lingua e dialecto exprimem a mesma cousa, e não ha lingua alguma a que se não possa chamar dialecto. As differentes accepções servem apenas – na linguagem vulgar – para distinguir a lingua litteraria de um paiz das suas fórmas inferiores”.

E será o português falado no Brasil forma inferior ao falado em Portugal? Certo que não.

Para aceitar a constituição de uma Língua Brasileira (p. 216. No original, p. 495), Pacheco Júnior vai desenvolver suas análises a partir da noção de *brazileirismo*, que ele mesmo vai chamar de vícios, cambiantes, desviações, discordâncias e mudanças³¹. Vale lembrar que, como diz Nunes (2006, p. 225) sobre a noção de *brasileirismo*:

30 Há uma análise desta gramática desenvolvida por Orlandi (2009). Vale ressaltar que, por vezes, partes inteiras são transcritas (copiadas mesmo) para a confecção deste artigo na *Revista Brasileira*, ano 2, em 1880.

31 Sobre o estudo da significação em Pacheco Junior, ver também Guimarães (2004, p. 55): “Dizer que o vocabulário inclui *brasileirismos* significa, mesmo que não se diga, determinar a língua como brasileira, como tendo um caráter brasileiro.”

Um dos argumentos que, durante o século XIX, fortaleceram a proposição de uma língua nacional no Brasil foi o de que a língua em uso apresentava elementos específicos, que atestariam uma diferença com relação à língua portuguesa. Em que consistiam esses elementos? Podemos resumi-los em dois tipos: a) elementos de língua portuguesa que passaram a ter uma significação diferente no Brasil; b) elementos provenientes de outras línguas (principalmente indígenas e africanas), que foram “incorporados” ao português. Ambos os tipos foram considerados dentro da categoria de “brasileirismos”. Deste modo, a argumentação se desenvolve com a indicação de termos e expressões e com a atribuição a eles de um estatuto lingüístico, através da explicação de sua origem, seu uso, sua formação, sua diferença em relação a outras línguas.

Para Pacheco Júnior, todas estas *discordâncias da linguagem geral* atingem praticamente todos os níveis da língua e isso se atribuía, como era comum na época, ao fato de as línguas estarem submetidas à natureza, e não à história como frisa Orlandi (2009, p. 56). Pensava-se aí em *leis de formação e desenvolvimento das línguas* e dizia ele na sua *Grammatica Histórica*: “a sciencia da linguagem faz parte da história natural: é um conjunto orgânico cujo estudo pertence às sciencias biológicas, e mais propriamente à anthropologia. E centra-se no estudo da ‘vida da linguagem’.”

Assim, não haveria outra hipótese senão a de aceitar que no Brasil se constituísse uma nova língua, distinta da de Portugal. Além das *particularidades locais de pronuncia e phraseologia*, do clima, da distância da terra de origem da língua (*questão de latitude*), apontava ainda Pacheco Junior como colaboração para a constituição da língua brasileira o *fraccionamento do povo*, quando as discordâncias da linguagem geral *tornam-se mais accentuadas quanto mais distinctas e estremadas estiverem as classes sociaes*.

Outro bom exemplo da discussão sobre o termo dialeto (e de como ele participa da constituição da noção de língua nacional) vem publicado no tomo VII da *Revista Brasileira* em 1881 (ano 2) sob o título “Questões de Linguística” de autoria de José Jorge Paranhos da Silva. No artigo, o autor parte das significações de língua, dialeto e idioma, mas a maneira como trata estas significações é que aqui tomamos para análise.

Em Paranhos da Silva, há um gesto interessante de interpretação dessas significações: ele faz uma oposição dos termos na *sciencia* e na *linguagem popular*. Há assim uma distinção clara entre um fazer ciência, que podemos dizer que se inicia com o processo de gramatização da língua brasileira, e significações outras que decorrem de uma espécie de uso comum, ordinário, dos termos. Há uma série de retomadas de autores estrangeiros, como Stuart Mill, Whitney, Hovelacque, Max Müller, além de uma série de autores portugueses e brasileiros, estes últimos, contudo, sempre re-afirmados na oposição entre a língua do Brasil e a de Portugal.

Talvez seja este mais um sintoma de que se traçava com certa nitidez um afastamento de um fazer ciência (um fazer gramática) distinto do de Portugal, que extravasava as diferenças entre as línguas nos dois continentes. Segundo Orlandi (2009, p. 57):

Como vemos, e isto é comum em muitos autores, há uma relação com a ciência da linguagem, que é feita no exterior, que não é de pura e simples recepção de uma teoria. As teorias são, por assim dizer, usadas, para falar pelos nossos autores. São trazidas como argumentos favoráveis a seus pontos de vista e isto, muitas vezes, de forma em que se misturam princípios teóricos de umas e outras.

Veja abaixo como se manifesta esta oposição em Paranhos da Silva (1881, p. 281):

[...] os portuguezes illustrados reconhecem que o brasileiro não se conforma com as regras da grammatica de Portugal, e (pleonasticamente) dizem que o brasileiro não é *correcto*.

[...] si além da differença de ordem phonetica, ainda vem a differença na linguagem impedir que se confundam as línguas do Brazil e de Portugal, é inexplicável a obstinação dos que, vendo que se distinguem tanto, continuam *tout de même* a repetir: << Fundado em um *mal entendu*, levantando uma questão de palavras, houve excesso do lado de quem contrariou a asserção do Sr. Braga (relativa à degeneração phonetica do portuguez no Brasil)! Mas o Brazil e Portugal tem a mesma língua, pois somos da família lusitana! (1) Mas Portugal e Brazil tem um dialecto em comum! Quem diz o contrario de cousas tão acertadas é um pedante, um sonhador! pa-ta-ti pa-ta-tá!>>

O melhor, contudo, pode ser visto na nota de rodapé (1). Diz Paranhos: *sinto não poder dizer que sou da família Tupinambá*.

Sua ideia³², que vai ser repetida anos a fio, pode ser mais ou menos assim resumida: o *Brazileiro* inaugura uma nova linha de evolução do Português, diferente do que se procedia com o Português europeu. Nossas origens são remetidas ao Português antigo, não influenciado pelo *galliziano moderno*, mas sim enriquecido pelos elementos indígenas e africanos, daí a tamanha diferença entre o *Português Actual* (do fim do século XIX, é claro) e o Português do Brasil. Ser *Tupinambá* era de alguma forma estabelecer um novo tempo e também um novo espaço para o *desenvolvimento* de um outro português³³.

32 Ainda que pensada, mas não desenvolvida aqui, apontamos para a maneira como Paranhos da Silva vê a estratificação social que interfere no processo de oposição das duas línguas. Diz ele: "Os próprios vícios da nossa classe infima apontados por alguns escriptores benevolos do Rio de Janeiro como para vingarem a classe elevada de Portugal, cuja pronuncia comparei com a nossa, provam que o brasileiro é o dialecto castelhana, é o portuguez antigo." (p. 361, no original 283).

33 Não tivemos acesso aos originais *Carta de Nomes para se ensinar em pouco tempo a ler e a escrever figurando a pronúncia do Brazil* publicado no jornal *Gazeta de Notícias* em 1880(?) e ao seu *Sistema Ortografico Brasileiro* de 1879(?). Referidos na *Revista Brasileira*, chama a atenção o fato de o primeiro ter sido publicado com a assinatura apenas de "um brasileiro".

Por fim, apresentamos algumas das diferenças apontadas por nossos autores brasileiros entre o Português do Brasil e o de Portugal. Partindo delas, e pensando que fazem parte do “processo de descolonização tanto da língua como da teoria” (ORLANDI, 2009, p. 85) é que vamos começar a tratar a questão da redefinição do espaço linguístico brasileiro. Não são raros os momentos em que, ao apontar para estas diferenças, nossos autores se deparam com a diversidade concreta que se manifesta no Português Brasileiro.

Citamos assim alguns exemplos:

- a) Macedo Soares³⁴: “Em alguns logares se pronuncia *mucamba*: mesmo no Rio de Janeiro (côrte e provincia) muitas pessoas assim o dizem; mas já Moraes dava *mucama* como pronuncia do Rio de Janeiro, sendo a da Bahia, Pernambuco e outras partes *mumbanda*, e termo errado *macuma*.

Macamba é frequente entre os escravos do littoral do Rio de Janeiro para designarem os *camaradas*, seus parceiros, conviventes na mesma fazenda, ou sujeitos ao mesmo senhor. *Camarada* não é aqui o companheiro, o amigo, o *sodalis* dos romanos; não é o criado das fazendas do interior; é o *parceiro*, palavra energica, pela qual os miseros se aconchegam aos consortes de sua escravidão perpétua.”

- b) Pacheco Júnior: “Os principais vícios de pronuncia do nosso povo inculto consistem no emprego de um *a* prosthetic, na metathese do *r* e na permuta do *l* pelo *r*, em dar ao o fechado o som de *u* e o de *i* ao *e*, no accentuar syllabas subordinadas, na apocope do *r*, na queda ou syncope da molhada *lh*, na mudança do *a* para *e* nos preteritos dos verbos da primeira conjugação (*cheguemos* por *chegamos...*), etc. Facilmente conhecer-se-á um Bahiano que nunca saiu da sua província, mandando-o lêr a palavra *campainha*, que elles pronunciam *campania*, e também assim ouvimos pronunciar a alguns Pernambucanos. No Pará, dizem *Labisonhos* por *lobishomem*; geralmente em todo o Brazil pronunciam *vosmecê* por *vossa mercê*, que em S. Paulo ainda mais atrophiaram em *mecê* (lei do menor esforço); *quarar* em vez de corar; i.e., enxugar a roupa ao sol depois de ensaboada, e *quarador* o lugar onde se estende a roupa para corar; *cadê* por *que é de*, etc.”
- c) Said Ali: “No estudo da collocação dos pronomes pessoaes complementos em portuguez os grammaticos tem gasto muita tinta e inutilizado muita Penna, para nos convencerem afinal de contas de uma só verdade: podem dar regras que quizerem, no Brazil não se collocam nem jamais se hão-de collocar os pronomes do mesmo modo que em Portugal.”

Na próxima seção, vamos analisar mais de perto o trabalho de J. Leite de Vasconcelos que apaga, de certa forma, as diferenças existentes entre o português de Portugal e do Brasil, na medida em que trata a língua falada neste lado do Atlântico apenas como um dialeto português.

³⁴ Há uma longa passagem em que o autor lista uma série de termos indígenas, mostrando suas variações nos diferentes estados (p. 154-156).

2.3 Estudos em Filologia e Dialectologia Portuguesa

Tratamos neste momento dos estudos desenvolvidos por J. Leite de Vasconcelos nas áreas de Filologia e Dialectologia Portuguesas. Doutor em Linguística na Universidade de Paris com o *Esquisse D'une Dialectologie Portugaise* em 1901, J. Leite de Vasconcelos apontara ali para uma revisão da História da Língua Portuguesa cujo início remonta ao séc. IX e uma divisão dos dialetos de Língua Portuguesa. Para a construção desta História do Português, o autor analisa os documentos públicos (Títulos de Compra e Venda, Testamentos, Doações, etc.), além das obras literárias que vão tomar consistência a partir do séc. XVI³⁵, e estabelece assim três grandes períodos no *Esquisse* (Ver VASCONCELOS, 1901, p. 11): “1. Dans l’histoire de la langue portugaise, de même qu’en général dans celle des autres langues neo-latines, on peut établir trois grandes époques principales: préhistorique, protohistorique, et historique proprement dite.”.

Para a fase Pré-Histórica (VASCONCELOS, 1901, p. 11):

2. L’époque préhistorique de la langue portugaise commence aux origines de la langue, et se prolonge jusqu’au IX siècle, où apparaissent nos premiers documents latino-portugais. La langue à cette époque ne peut guère être appréciée que par conjecture, parce que les inscriptions christiano-latines trouvées em Portugal, et datant du V siècle, fournissent très peu d’éléments d’étude.

Para a Proto-histórica (VASCONCELOS, 1901, p. 12-13):

3. L’époque protohistorique commence au IX^e siècle et finit vers les XII-XIII siècle. On étudie la langue de cette époque dans les documents écrits en latin dit barbare, lesquels laissent transparaître à chaque instant dès formes franchement portugaises.

[...]

Il este donc possible de suivre en partie l’évolution de notre langue depuis le IX siècle, à travers de latin barbare. La phase de la langue portugaise que nous ne connaissons que par ce moyen peut, il me semble, être appelée *portugais protohistorique*.

Para a fase chamada *histórica propriamente dita*, o artifício teórico de J. Leite de Vasconcelos é estabelecer o surgimento de uma literatura portuguesa nos séculos XIII e XIV, e seu posterior

35 No *Textos Arcaicos* (ver VASCONCELOS, 1922, p. 117/19): “Os primeiros textos extensos, escritos em português, datam do séc. XII; mas já em muitos documentos latino-bárbaros, do séc. IX em diante, transparecem palavras que podemos considerar portuguesas. Até meados do séc. XVI (Gil Vicente, Sá de Miranda) a língoa apresenta caracteres gramaticais, estilísticos e lexicológicos que a separam da língoa dos tempos subseqüentes.”. E mais à frente: “Língoa Portuguesa Arcaica é pois a que decorre desde o séc. IX, e mais particularmente desde o séc. XII, até o séc. XVI; à fase que vai do séc. IX ao XII costumo chamar português protohistórico.”.

fortalecimento nos séculos XV-XVI, partindo da oposição de um português popular e um português literário. Chegava aí, assim, à conclusão de que, como ocorrera com as demais línguas românicas, seria possível estabelecer a passagem (os momentos) do latim vulgar ao português, e, posteriormente, a constituição de uma literatura portuguesa. Consistia num raciocínio simples de supor que línguas com escrita marcariam seu ápice na evolução linguística com a constituição de uma literatura (VASCONCELOS, 1901, p. 14):

5. Jusqu'au XII^e siècle, la langue portugaise n'existait que comme langue parlée, au moins on ne connaît pas, antérieurement à cette époque, de documents entièrement écrits em portugais. Naturellement, les classes les plus instruites, come celle dès cleres, employaient, par opposition au peuple, dès formes considérés comme plus choisies; mais ce ne fut que lorsqu'on commença à écrire le portugais, et surtout depuis que cette langue devint proprement littéraire (XIII^e et XIV^e siècle), que l'on peut distinguer clairement deux courants, l'un populaire, et l'autre érudit.

São, porém, as considerações que J. Leite de Vasconcelos faz da *Geografia da Língua Portuguesa*, melhor dizendo, da classificação que propõe para os dialetos portugueses, que vão tocar mais diretamente a questão da Língua portuguesa no Brasil. Considerado o primeiro trabalho de natureza diatópica sobre a língua portuguesa distribuída pelo mundo, estabelecia uma primeira grande distinção entre o Português do Continente (mais especificamente o da península ibérica), o Insular e o Português Ultramarino, seus dialetos e sub-dialetos e os co-dialetos portugueses. Mas como J. Leite de Vasconcelos trabalha com a diferenciação dialetal do Português no mundo, mesmo com a ausência de pesquisa de campo, para constituir este mapa da Língua Portuguesa?

Partindo da questão da formação histórica que vimos acima, J. Leite de Vasconcelos estabelece momentos distintos de “expansão” da língua portuguesa, que aí incluem os falares de outras localidades, como os insulares e os ultramarinos. Assim, no continente, a passagem do latim ao português teria se dado numa dada época, sob determinadas condições, ao passo que o que fora transplantado para Madeira e Açores, por exemplo, já constituía um Português diferenciado. Para o caso do Brasil, contudo, a pauta era outra, apesar de não merecer no *Esquisse* muitas páginas.

Apesar de tomado a partir de Bluteau³⁶, o termo dialeto funciona bem na classificação dada por J. Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1901, p. 31, 7B):

La classification que je viens d'établir de tous les dialectes portugais est, comme on l'a vu, surtout géographique, mais elle est en même temp glottologique, ce que je montrerai dans la Partie II, et

36 R. Bluteau. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

aussi historique: en effet, les *dialects continentaux* sont une évolution du latin vulgaire dans un certain milieu; les *dialects insulaires* sont une évolution du portugais du continent, dès l'époque de la colonisation, aussi dans un certain milieu, mais différent du premier, et indépendamment de toute influence étrangère; les *dialects d'outremer* sont encore une évolution du portugais de la même époque, cependant dans des milieux différents de ceux dont je viens de parler, et qui ont agi sur notre langue d'une manière particulière.

Como já apontou José Horta Nunes no *Dicionários no Brasil* (Ver NUNES, 2006), o instrumento linguístico criado por Bluteau, e mais tarde reformulado por Moraes³⁷, marca um momento importante na constituição de um saber lexicológico sobre a língua Portuguesa. Como efeito da legitimação da posição do lexicógrafo através do trabalho de arquivo de autores de Língua Portuguesa, Bluteau “favoreceu a nacionalização da língua e, como ser um autor português na época era também escrever sobre os países colonizados na América, África e Ásia, [...] é por essa via que o Brasil começa a ser mencionado nos dicionários portugueses” (NUNES, 2006, p. 186). Desta forma, o dicionário se reconfigura como um “espaço contraditório no qual diferentes vozes explicam as significações das palavras” (Ibid., p. 187). Estas vozes na definição de dialeto de Bluteau estão bem dispostas como “Modo de Falar próprio e particular de huma lingoa nas diferentes partes do mesmo Reino: o que cõsiste no accento, ou na pronunciação, ou em certas palavras, ou no modo de declinar e conjugar.”.

A definição retomada por J. Leite de Vasconcelos reconhece de um lado o domínio português como Monarquia e, assim, em meio a estas vozes polêmicas, de outro lado *as diferentes partes do mesmo Reino*, as colônias, e permite, num segundo momento tratar o objeto de análise da dialetologia proposta por J. Leite de Vasconcelos, a língua *moderna* numa perspectiva *atual*, mas só possível graças a uma determinação histórica fundamental. Em outras palavras, retomar a definição de Bluteau permitia a J. Leite de Vasconcelos apoiar-se na constituição histórica mesmo que ela já estivesse em muito superada, e por outro lado analisar e reconhecer as diferenças existentes na língua portuguesa mundo afora, já apontadas de alguma forma por Bluteau.

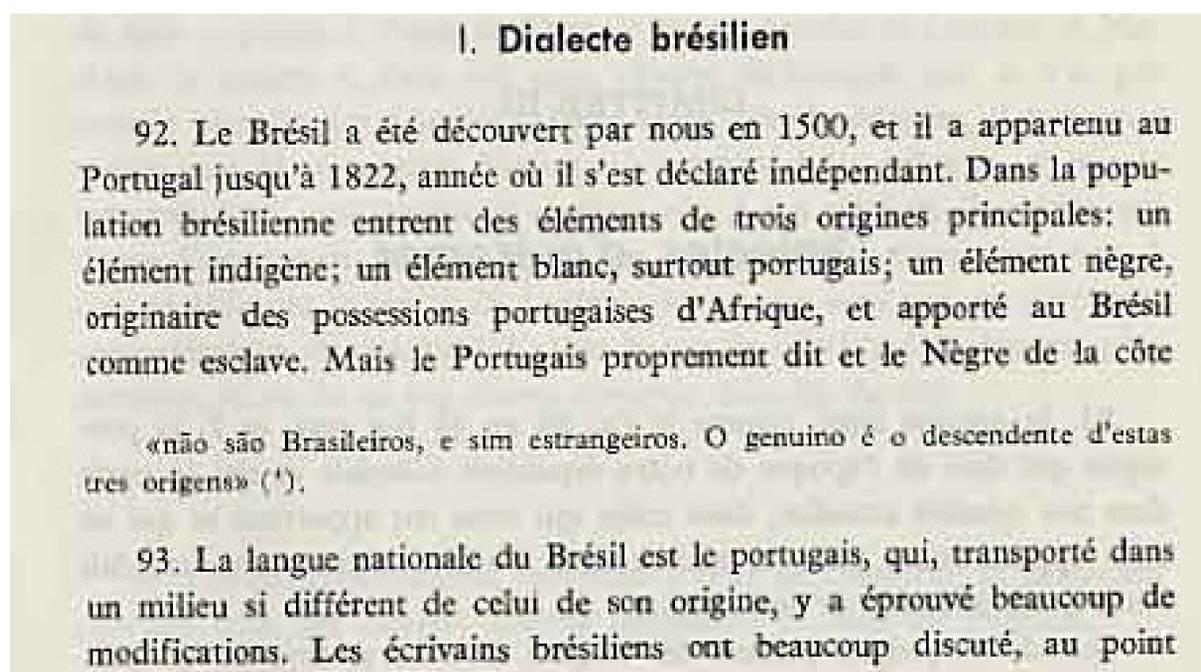
O *accento* e a *pronunciação* são estudados na Fonologia, as *certas palavras* na Lexicologia (por exemplo), e o *modo de declinar e conjugar* na Sintaxe e Morfologia. Num certo sentido, o que o autor português fazia em 1901 era retomar a questão da expansão colonialista portuguesa, constituindo em conjunto uma expansão da Língua Portuguesa através de seus dialetos, atualizando e compilando dados provenientes da metodologia de análise da filologia e (um pouco menos, é verdade) da Dialetologia. Vale lembrar, por exemplo, que parte do *corpus* que Leite de Vasconcelos organiza é composta por documentos administrativos (certidões de

37 A. de Moraes Silva. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

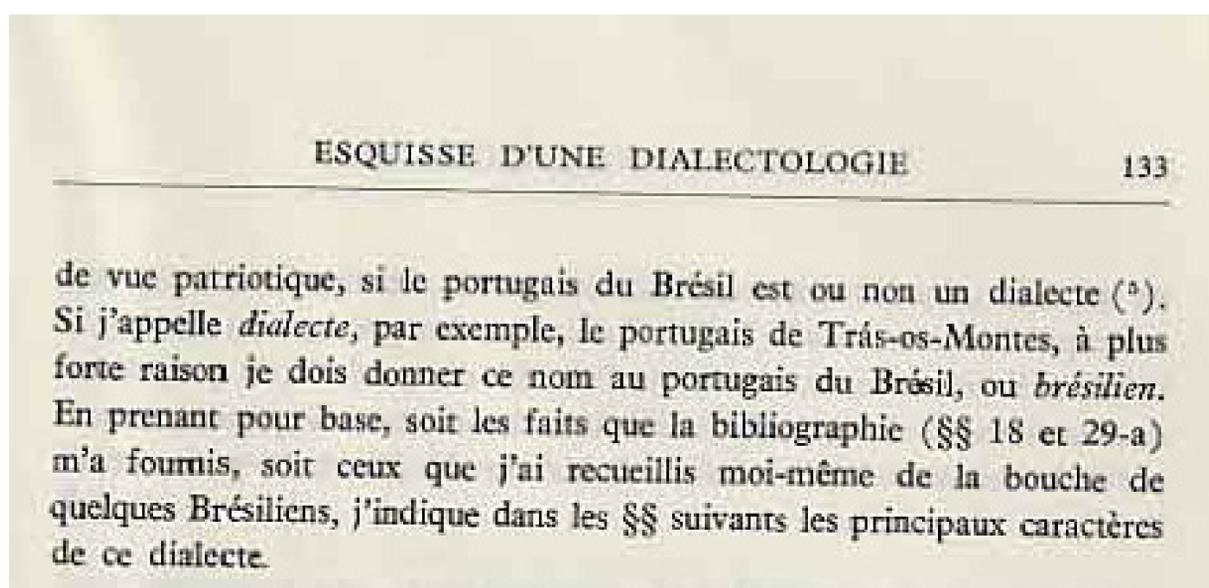
casamento e contratos comerciais firmados pela Igreja) relativamente distantes dos “textos clássicos” que a Filologia tomava para estudo.

Nesta sua abordagem geográfica, glotológica (linguística) e histórica, reconhecendo que as discussões a respeito da língua falada no Brasil estavam afetadas por convicções patrióticas, considera o português falado no Brasil, língua portuguesa, evoluída do Português Continental, dialeto ultramarino da língua portuguesa. Retoma a expansão ultramarina e colonialista portuguesa, e reconhece (ou estabelece em termos linguísticos) a “tripla origem brasileira”, mas ainda presa a Portugal. Distribuído assim numa geografia e história bastante diversa das ilhas de Madeira e Açores, constitui o Português falado no Brasil como um dialeto, com seus sub-dialetos, em oposição ao Português de Portugal. Apresentamos o excerto do texto:

P. 132. I. Dialecte Brésilien



P. 133 (cont.). I. Dialecte Brésilien



Nas notas acrescenta:

(³) Nos missionnaires et nos religieux s'intéressaient spécialement à l'étude des langues indigènes au point de vue catholique, et ils ont composé beaucoup de livres dans ces langues (des grammaires, des dictionnaires, des catéchismes). Cf. Cannecatim, *Dicc. da ling. bunda*, Lisbonne 1804, p. I; Faria e Sousa, *Imperio da China*, p. 153-154. Outre les œuvres destinées directement ou indirectement à la propagation de la foi, il y en a d'autres, faites avec des intentions scientifiques ou de simple curiosité. Il serait intéressant de rédiger, par groupes de langues dans ces conditions, des catalogues semblables à celui qu'a confectionné Cunha Rivara, sous le titre de *Bibliotheca concani*, et qu'il a publié en tête de l'édition qu'il a faite de la *Grammatica concani*, du P. Thomas Estêvão, Nova Goa 1857, p. CXV.

(²) Sur des caractères créoles dans le brésilien, voir § 95; et dans le portugais de Goa, voir § 108-A.

(¹) Silvio Romero, *Estudos de poesia popular*, 1888, p. 8.

(³) V. les éléments de cette question, par ex., dans Silvio Romero, *loc. cit.*, p. 310 suiv.; Pires Ferreira, *Notas sobre a lingua portuguesa*, p. 41 suiv.; Batista Caetano, *Rascunhos de grammar. port.*, p. 5.

(²) [Dans le *Catirio Lusitano* de Fr. Rafael de Jesus, Lisboa, 1679, p. 8, on dit que le *gentio* du Brésil n'avait pas dans sa langue l' *f*, l' *l* et l' *r* (*fé, lei, rei*), ce qui, d'après l'auteur, doit s'entendre dans le sens politique].

(¹) [«A S. Paulo le peuple ne prononce pas l'*l* mouillé (*teiado, moiado*)» Pacheco da Silveira Jor., *Gramatica historica da lingua portuguesa*, Rio de Janeiro, 1878, p. 106].

A oposição estabelecida na primeira linha do excerto acima marca claramente a constante da análise que J. Leite de Vasconcelos vai proceder. De Portugal vai falar *par nous* e do Brasil *il*. Vai tentar silenciar as demais vozes que constituem o discurso da tripla origem do povo brasileiro/do falar brasileiro e, como vemos na nota (4), legitimar o seu discurso do Esquisse sobre o português falado no Brasil com base em Silvio Romero. Há um grande complicador nisto, de fato, que é reconhecer junto com Silvio Romero uma série de outras vozes conflitantes numa mesma espacialidade linguística. Para que ela seja pacificada/resolvida numa determinada espacialidade linguística “brasileira”, é preciso criar a ilusão do genuíno, que garanta a origem una (?) de brasilidade, mas ao mesmo tempo partilhada entre as três raças idealizadas. Como define Silvio Romero, *o genuíno é o descendente d'estas três origens*.

No parágrafo 93, o autor do Esquisse utiliza o termo *dialeto* para dar conta das modificações sofridas pela Língua Portuguesa falada no Brasil, mas confirma também, categoricamente, que a língua nacional é a língua portuguesa. O problema é que, assim visto por J. Leite de Vasconcelos, suas conclusões tocavam diretamente a questão da constituição da língua Nacional. Lembremos que de Colônia à sede do Império português, de Monarquia Independente à República, o Brasil não havia percorrido nem um século. Ainda que reconheça que há uma questão patriótica (política) na discussão sobre o dialeto brasileiro, sua intenção é muito mais desqualificar este recurso, do que aprová-lo para uma análise glotológica (linguística) que vai traçar na sequência do texto.

Os quatro parágrafos seguintes, respectivamente Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Léxico, apresentam as modificações implementadas pelo Português no Brasil, dialeto brasileiro. As diferenças (às vezes mesmo uma aproximação aos dialetos portugueses) são pautadas por oposição dos fenômenos ora do dialeto brasileiro com o todo do Português (?) ou algum dialeto continental, atestando a filiação, ora de falares de regiões específicas, como do Amazonas e de São Paulo, com o Português falado no Brasil ou com o todo do Português ou algum dialeto continental, atestando assim a variedade. Era necessário, de alguma maneira, manter a oposição principal definida de uma língua de partida, no caso o Português de Portugal, e encerrar a discussão da Língua Nacional Brasileira que de certo não correspondia ao Português Falado no Brasil. Discussão que, diga-se de passagem, estava longe de terminar no Brasil.

Algumas destas diferenças³⁸, ainda que de certa forma tratadas isoladamente em autores brasileiros diversos, estavam longe de serem apreciadas de forma mais sistemática no Brasil. Os problemas de definir a Língua Nacional, por exemplo, ou mesmo denominá-la, e a pouca (e pouco confiável) quantidade de dados, permitia configurar ora uma defesa de um idioma “diferente” do de Portugal, ora uma defesa de um idioma comum aos dois espaços, ambas endossadas pelas conclusões de J. Leite de Vasconcelos.

Reconhecia assim de forma bastante frágil, é verdade, a diversidade da língua falada no Brasil através de seus sub-dialetos, mas de certa maneira em total harmonia com aquilo que entendia como dialeto brasileiro e com a própria língua portuguesa. As *diferenças dialetais* se apresentavam devido à *extensão* e à *variedade de raças da população*, e estavam assim finalmente organizadas e sistematizadas como *falares* distribuídos geograficamente, legitimados em certa parte pelo testemunho de autores nacionais. Silvio Romero, Veríssimo e Pereira Coruja são, por exemplo, alguns dos nomes. Pela análise do termo dialeto e sua passagem a falar, podemos presumir uma definição preliminar das regiões dialetais brasileiras, concebida por J. Leite de Vasconcelos:

- a) Amazonas/Pará;
- b) Rio Grande do Sul;
- c) Rio de Janeiro;
- d) Int. São Paulo;
- e) Ceará;
- f) Alagoas.

38 Na Fonologia, por exemplo, a redução dos ditongos, a queda do -r, a fala arrastada; na Morfologia a supressão do plural -s nos nomes, a utilização do diminutivo; na sintaxe, a inversão dos pronomes, os pronomes sujeitos em acusativo e no Léxico a alteração de significação de algumas palavras primitivas e a introdução de léxico indígena e africano, sem listá-los. (Ver VASCONCELOS, 1901, p. 133-134).

Nos dois parágrafos seguintes (99 e 100), uma espécie de problematização das análises, J. Leite de Vasconcelos vai colocar, sem muito desenvolvimento pormenorizado de nenhuma delas, algumas considerações importantes sobre a Língua portuguesa falada no Brasil. Suas suposições sobre o alcance geográfico e social de sua teoria estavam distantes do que era observado no Brasil sobre a variação dialetal (regional) e social:

99. Les différences que j'ai notées aux §§ 94-95 ne sont pas de toutes les régions, ni de toutes les classes sociales. Je pense que les personnes instruites ne disent par exemple, ni *treí*, ni *muyé*, mais elles disent *môlhár*, *pêquêno*, *di lá*, *sí*, et elles font les modifications syntaxiques notées au § 96. Ces modifications et l'emploi de *sí* et de *di lá*, on les trouve aussi dans la langue écrite, qui, en général, n'offre rien d'autre à noter, si ce n'est le vocabulaire.

E revia, numa perspectiva mais abrangente, a questão da supremacia branca portuguesa no continente, e, conseqüentemente na língua:

100. Parmi les éléments blancs de l'ethnologie brésilienne, il y en a d'autres que le portugais. Ainsi, on trouve beaucoup d'éléments hollandais au Pernambouc, et beaucoup d'éléments allemands et italiens dans le Sud. Déjà dans la *Revista Lusitana*, VI, 189, j'ai publié la traduction d'un article de Sellin, sur les «portugaisismes» introduits dans l'allemand parlé par les colons originaires d'Allemagne, par ex.: *Ranschen*, pl. du port. *ranchinho*, *Riemen* «remo», *Passascher* «passageiro». — Du portugais parlé par les Nègres Créoles du Brésil, j'ai donné des spécimens dans mon *Dialecto brasileiro*, p. 27 (qui peuvent être rapprochés de ceux que j'ai cités au § 18), par ex.: *Abri zôio cu esse gente*, — *No fáce cu zêre susso*.

Uma saída encontrada por alguns autores nacionais para escapar da problemática de definição de língua e dialeto foi introduzir o termo idioma para designar a língua falada no Brasil. Autores como Laudelino Freire vão considerar a definição de dialeto de J. Leite de Vasconcelos como uma submissão não apenas da língua, mas da pátria brasileira de uma maneira geral.

2.4 Revista de Língua Portuguesa

Retiramos da *Revista de Língua Portuguesa*³⁹ os primeiros exemplos da estabilidade (da atividade) do conceito de língua nacional. Dirigida por Laudelino Freire⁴⁰, a revista talvez represente um caso bastante exemplar do funcionamento, ainda no começo no século 20, de uma série de características do fenômeno da gramatização brasileira. A publicação da Revista é iniciada em 1919, de tiragem bimestral, e conta com mais de 60 volumes. Professor do

39 Ver Freire (1919).

40 Uma biografia de Laudelino pode ser vista no site da Academia Brasileira de Letras, da qual foi membro e presidente: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=773&sid=147>

Colégio Militar, Laudelino Freire oportunizou, com a colaboração de uma série de intelectuais brasileiros e portugueses, a criação de um *arquivo de estudos relativos ao idioma e literatura nacionais*.

Quase trinta anos após a Proclamação da República, e quase quarenta anos depois do início do fenômeno da gramatização brasileira, a RLP funciona ainda como um grande suporte para a publicação de uma série de instrumentos linguísticos que continuam a dar conta do fenômeno da gramatização. Além dos instrumentos linguísticos propriamente ditos, como é o caso dos dicionários de Gonçalves Dias (*Dicionário Tupi*) e do de Solidonio Leite (*Dicionário da Língua Portuguesa*) são ainda publicados na revista:

- a) uma série de textos prescritivos sobre o idioma nacional;
- b) textos que se preocupam com a reorganização do passado da língua portuguesa, sua origem e, portanto, sua história;
- c) textos que se preocupam com o estabelecimento dos cânones da literatura nacional;
- d) textos que veiculam as teorias linguísticas que vão descrever e analisar a língua portuguesa falada (e escrita) no Brasil.

A revista pode ser dividida em três grandes partes:

- a) Varia;
- b) Consultas⁴¹;
- c) Mestres da Língua.

Orientamos nossa leitura destes textos a partir das principais características do fenômeno da Gramatização Brasileira. Na Revista, podemos observar como se trabalha a reorganização do passado (linguístico) brasileiro, como são produzidos alguns instrumentos linguísticos voltados para a compreensão de um idioma nacional, como são elaboradas as prescrições, os conjuntos de regras, as listas de palavras, etc.

Laudelino Freire – Cada povo com a sua língua

A frase *Cada povo com a sua língua* ocorre nos dois textos de Laudelino aqui cotejados: no “Intenções”, texto inaugural da *Revista* em setembro de 1919⁴², e no “A defesa da língua

41 Esta parte da revista contém as perguntas dos leitores que são respondidas pelos colaboradores. Tratadas como “dúvidas”, estas perguntas e suas respostas deixam transparecer o modo mais efetivo da prescrição das regras e normas do idioma nacional. Sobre esta parte da revista falaremos mais à frente.

42 Anexamos a este e-book o texto inaugural da *Revista de Língua Portuguesa* dirigida por Laudelino Freire, denominado *Intenções* (ver ANEXO II).

nacional” no número 05 de maio de 1920, por sugestão da Liga de Defesa Nacional⁴³. A síntese de Laudelino funciona como uma espécie de “máxima”, repetida por outros autores nacionais, defendida num tom exageradamente nacionalista característico da época.

O ponto de partida das discussões de Laudelino pode ser, por ele mesmo, assim resumido:

Para a existência autônoma de um povo, não lhe basta a elle que tenha o seu território, acatada a sua soberania, edificada a sua moral, intemerata a sua justiça, alçadas as suas liberdades e perennemente rejuvenescidos os seus ideaes e aspirações de progresso. Condição imprescindível à sua integração é o possuir uma língua, que todos lhe reconheçam como própria.

Evidentemente há, e veremos se repetir ao longo dos textos, sempre o relacionamento da questão da língua (linguística) com os ideais de progresso, civilização, desenvolvimento, cultura... O que nos interessa, nesse caso, é que Laudelino utiliza estas diferenças entre as nações para caracterizar a diferença entre as línguas. Tomava assim uma posição política em relação à questão da língua portuguesa, e afastava por completo o Brasil de Portugal. No texto em defesa da língua nacional, a questão é tratada assim (FREIRE, 1919, p. 13):

A língua portuguesa, sabei-lo, é patrimônio commum de dois povos. Portugueses no-la herdaram, e portugueses foram os que no-la ensinaram. Ao cabo, porém, de um viver quatro vezes secular, no transcurso do qual, com superioridade innegavel, nos libertamos econômica e politicamente, logrando em seguida a emancipação na literatura, não fora de esperar, hoje, que a nossa cultura, zelo, orgulho, nos não desse a certeza de que já somos um povo, que possui, como os demais, a sua língua, e, como os demais, sabe exigir que todos lh’a reconheçam como própria.

Há questões teóricas e práticas decorrentes desta tomada de posição por parte de Laudelino. Do ponto de vista teórico, é preciso compreender a sua construção da *narrativa padrão* sobre o português do Brasil, como ela é produzida em relação à defesa de um idioma nacional. Nos textos veremos, por exemplo, que a adoção do termo *idioma* é uma das soluções apresentadas pelo autor para tratar da questão da língua portuguesa no Brasil.

Do ponto de vista prático, e por ser tratar de um espaço próprio à produção de conhecimento científico (linguístico), a revista tem papel fundamental no projeto de Laudelino. Passa pela questão da propagação da língua a sua própria “nacionalização”. Diz ele sobre a revista:

Aspiramos a fazê-la um orgam de publicidade útil aos estudiosos e, do mesmo passo, torná-la o ponto de convergência da elaboração, até aqui dispersa, em pró da defesa do idioma pátrio, que, como nunca, tem que zelar os seus thesoiros, e jamais se arrastou tão desestimado, tão descurado, tão corrompido e, sobretudo, tão desnacionalizado, qual nos tempos que correm.

43 Criada em 1916, a Liga da Defesa Nacional existe até hoje: <http://www.ligadadefesanacional.org.br/>.

Talvez assim se justifique o interesse de Laudelino Freire, em sua revista, de publicar uma série de instrumentos linguísticos (boa parte deles dicionários) para língua portuguesa no Brasil. Em outra frente, a Estante Clássica, tomo da revista mais tarde publicado em separata, tinha a serventia de corroborar para a consagração dos cânones, para a manutenção da tradição. Como ele mesmo dizia, serviços prestados ao *paiz* e à *sua cultura*.

O projeto linguístico de Laudelino Freire descarta completamente a concepção de *dialeto brasileiro* formulada por J. Vasconcelos. Para ele, através da conceituação estabelecida pelo termo *dialeto*, o autor português coloca o Brasil numa relação de submissão a Portugal, uma relação de submissão de uma nação a outra. Não é raro no texto *da defesa* a utilização de termos como *metrópole*, *colônia*, *nação amiga*...

Tomando “nosso sábio filólogo” João Ribeiro como referência, as diferenças serão apresentadas como *modificações da língua no Brasil*. Estas modificações da língua brasileira, encontradas no vocabulário, na sintaxe, na fonética, não seriam capazes, por si só, de tornar a língua falada no Brasil submissa à de Portugal.

Laudelino se posiciona, é verdade, em relação às questões que vinham sendo discutidas à época na tentativa de diferenciar (ou não) a língua portuguesa falada no Brasil, como a presença tupi e africana no léxico (vocabulário), a questão da colocação pronominal e das diferenças fonéticas, onde o falar brasileiro mais se distingue do falar português. Como não encara estas diferenças como significativas para constituir uma nova língua ou um fenômeno de dialetação, a solução encontrada por Laudelino é postular a existência de um gênio da língua, com os quais se expressariam as nações, em seu falar e sua literatura próprios.

É este gênio da língua, representado pela sua intuição de vernaculidade, a sua espontaneidade nativa, o seu critério, a sua moldagem, o seu torneio, cunho especial da frase e fisionomia particular, que caracterizaria o idioma como sendo pátrio, como o idioma nacional. E complementa mais à frente, o gênio da língua está na sua sintaxe, como na construção está a sua individualidade. Mas como se dá esta vernaculidade, ou melhor, como é o funcionamento de um idioma nacional dentro de uma política de línguas no Brasil? Em outras palavras, como podemos lidar com a questão do vernáculo, da norma, do padrão, dentro do ambiente teórico da agenda linguística da espacialidade?

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil já experimentava uma tendência forte à uniformização do idioma nacional, talvez decorrência da contradição entre a unidade imaginária e a variedade concreta da língua promovida pela gramatização. Nesse ponto, os esforços para a padronização do ensino promovidos pelo Estado coincidem com a tarefa de Laudelino a favor da uniformização do idioma. A construção de um idioma nacional, ou construção de

uma unidade imaginária aplicada ao espaço linguístico brasileiro, era legitimada pelas vias do Estado, realizada inclusive nas suas instituições de ensino.

Assim legitimada, pelo ensino do padrão, pelo peso da tradição, a ideia de um idioma nacional é estabilizada. Esta estabilidade é conseguida, como acreditamos, no momento em que ocorre a sobreposição dos modos de funcionamento das línguas na espacialidade brasileira, ou como define Guimarães (In ORLANDI, 2007, p. 64), no espaço de enunciação brasileira. Diz ele:

As línguas, ao funcionarem, se dividem sempre, pela simples razão de que seu funcionamento inclui sua relação com seus falantes. Ou seja, o funcionamento da língua envolve o modo como seus falantes a “experimentam”. E os falantes praticam suas línguas por esta determinação Estado-Nação, mas também por outras, que não são iguais a esta. Outras práticas que podem até se sobrepor a esta, mas que podem diferenciar-se dela, de modos bastante variados. Isto porque um espaço de enunciação nunca é homogêneo. Sem irmos muito longe, podemos lembrar que o espaço de enunciação brasileiro é, como de resto qualquer outro, multilíngüe. Multilíngüe, tanto no sentido de que no Brasil praticam-se línguas como o português (que é praticada como línguas oficial-nacional), as línguas indígenas, as línguas de imigração, as línguas de fronteira, quanto no sentido de que o português se divide em várias “línguas” em vários e diversos falares das regiões as mais diversas.

Assim, pensando no modo como funcionam as “línguas” no espaço de enunciação brasileiro, Guimarães (In ORLANDI, 2007, p. 65) vai apontar para dois modos distintos deste funcionamento: um que *representa as relações imaginárias cotidianas entre falantes* (Língua Materna, Alheia e Franca), e outro que *representa as relações imaginárias (ideológicas) institucionais* (Língua Nacional, Oficial e Estrangeira). E continua mais à frente:

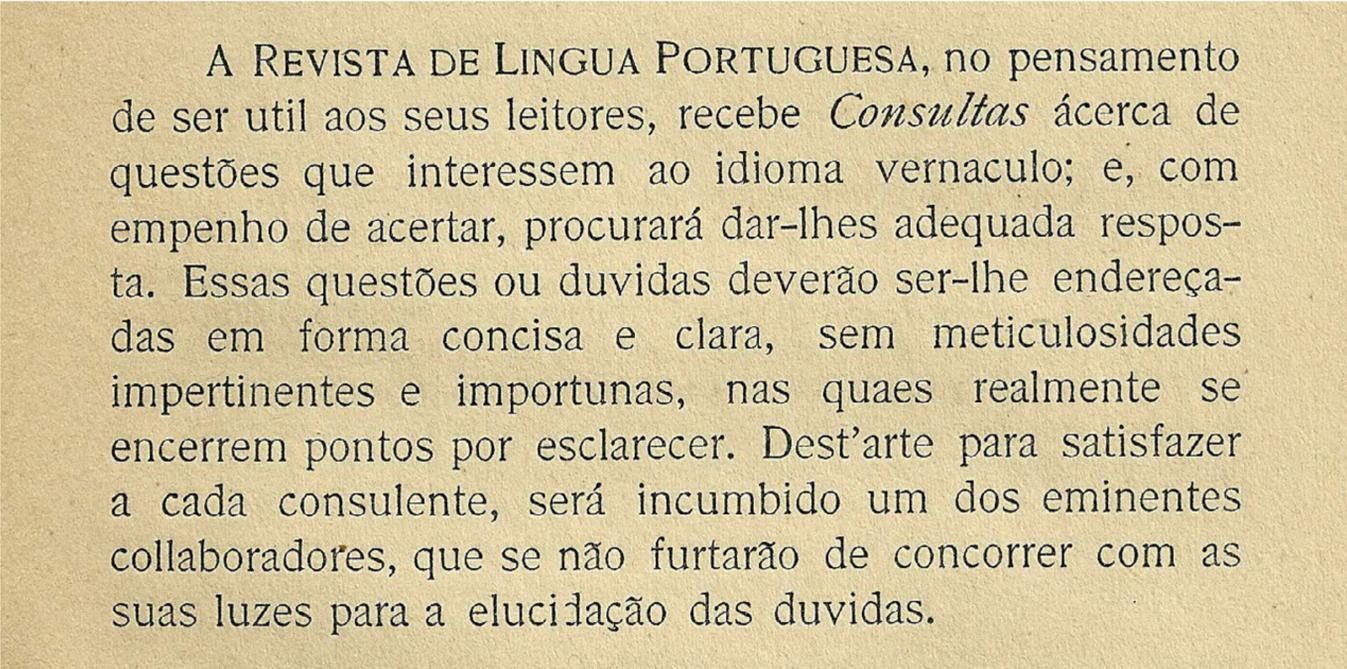
Um aspecto importante no funcionamento do espaço de enunciação em um Estado-Nação é que o segundo tipo de funcionamento se sobrepõe ao primeiro, produzindo efeitos muito particulares. Quanto a isso é importante, no funcionamento das línguas no espaço lingüístico brasileiro, observar a história específica da construção da representação que sobrepõe a língua oficial à língua nacional e que sobrepõe estas à língua materna, reduzindo a língua materna à língua nacional.

Há pontos específicos nas práticas propostas por Laudelino para a defesa do idioma que nos ajudam a compreender melhor como se daria a sua nacionalização (do idioma), sua legitimação como língua oficial. Há um trabalho de reorganização do passado linguístico brasileiro, uma manutenção de certa tradição literária nacional, apresentado claro a partir de uma proposta exageradamente nacionalista. Diz ele, por exemplo, sobre Rui Barbosa, *o maior escritor que a língua tem dado* (FREIRE, 1919, p. 9):

O saber linguístico de Ruy Barbosa, astro de singular resplandecencia, brilhará do alto das nossas columnas, honradas com trabalhos seus ineditos, revistos pelo proprio mestre, e a reedição de gemmas purissimas do incomparavel thesoiro da sua linguagem, que é gemma de harpa eolia entoada pelo gênio. (grafia original).

E isto deveria passar por um processo de publicação em larga escala, em edições acessíveis, nos quais os clássicos seriam divulgados. Além disto, era preciso elaborar o dicionário deste idioma. Negava veementemente a confecção de um dicionário de brasileirismos promovido pela Academia Brasileira de Letras, e alertava para a múltipla serventia deste instrumento. Nele, poderiam ser combatidos os estrangeirismos (principalmente os galicismos), fixados os pontos controversos da ortografia, estabelecidas as características do léxico nacional enriquecido pelas contribuições indígenas e africanas.

Na seção de Consultas, publicada a partir do número 3, os leitores encaminhavam suas dúvidas que eram respondidas pelos colaboradores da RLP. Dizia a chamada da seção:



A REVISTA DE LINGUA PORTUGUESA, no pensamento de ser util aos seus leitores, recebe *Consultas* ácerca de questões que interessem ao idioma vernaculo; e, com empenho de acertar, procurará dar-lhes adequada resposta. Essas questões ou duvidas deverão ser-lhe endereçadas em forma concisa e clara, sem meticulosidades impertinentes e importunas, nas quaes realmente se encerrem pontos por esclarecer. Dest'arte para satisfazer a cada consulente, será incumbido um dos eminentes collaboradores, que se não furtarão de concorrer com as suas luzes para a elucidação das duvidas.

Como deixa clara a chamada, a intenção de Laudelino é contribuir para a solidificação do idioma vernáculo. As respostas indicavam sempre para o melhor uso, respaldado muitas vezes pelos escritores clássicos, e, como tinham caráter prescritivo, eram confirmadas por uma determinada norma. Havia uma variedade de questões, sobre ortografia, etimologia, sintaxe, etc., e boa parte delas era proposta na forma direta (esta forma(x) ou esta forma(y), o que é x?), o que permitia ao colaborador *elucidar*, decidir.

Bom exemplo pode ser visto no número 7 da revista, de setembro de 1920, entre as páginas 201 e 204, nas considerações que faz Mario Barreto para um consulente. As recomendações são costumeiramente construídas com a indicação de uma forma correta em detrimento de outra, levando-se em conta ora a tradição, ora o seu uso corrente na língua. Vejamos as perguntas 4 e 7:

4.^a — Fazes mal *em* falar mal dos homens de bem, ou fazes mal *de* falar...?

A's locuções *fazer bem, andar mal* e outras de sentido semelhante junta-se o simples infinitivo precedido de *em*: é o que é mais corrente; mas o emprêgo da prepos. *de*, em tais casos, está nos nossos clássicos: «Bofé Alexandre, farias bem *de* tomar meu conselho.» (Ant. Ferreira, Comédia de *Bristo*, act. IV, sc. III). — «Fizeste mal *de* não tomares meu conselho.» (ID., *ibid.*, sc. V), — «Fazes mal *de* me assi injuriar, que eu não roubo ninguém.» (Sá de Miranda, *Vilhalpandos*, comédia).

7.^a — ¿*Dar* ou *fazer* uma queda?

Fazer uma queda é francês: *Ce matin, en courant, j'ai fait une chute.* Em português, *dar uma queda*: Esta manhã, correndo, dei uma queda. Assim diz frei Luís de Sousa na *Vida do arcebispo*, liv. I, cap. VI: «Tudo cabia na pessoa do Provincial, o qual estava a êste tempo em Santarêm, maltratado duma perna, duma queda que dera com perigo, andando na visita da Província.»

As respostas vêm sempre acompanhadas de exemplos, retirados de escritores clássicos, o que cria um tipo de autorização para o uso. Além da tradição, são recorrentes também as referências ao uso destas formas para a sua aceitação. Barreto diz, por exemplo, coisas como *Segundo a maneira actual de dizer, é o que é mais corrente, A língua portuguesa rejeita, não me parece castiça a versão, etc.*

3. Instrumentos diatópicos da espacialidade brasileira

3.1 Organização da matéria

Duas obras, publicadas ainda no primeiro quarto do século XX, marcam de maneira significativa os estudos a respeito da espacialidade linguística brasileira: *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral em 1920⁴⁴, e *O Linguajar Carioca* de Antenor Nascentes em 1922⁴⁵.

Não tiramos, assim, a importância dada pelas leituras tradicionais a estes dois autores na constituição de determinadas disciplinas dentro dos estudos da linguagem, como são, por exemplo, as leituras de Aguilera (2009), Brandão (1991) e Ferreira e Cardoso (1994). Como meia novidade, retomamos estas publicações dentro deste momento específico da gramatização brasileira, momento como vimos caracterizado pela consolidação de um idioma nacional e a partir do qual começa a se observar a diversidade linguística no Brasil e sua distribuição geográfica pelo território.

Observamos até aqui as consequências do fenômeno de gramatização no Brasil sob a perspectiva da universalização, ou seja, consequências que atingem a língua (apenas) em sua “unidade” de constituição. Se até aqui as Revistas são bons exemplos de como a língua Portuguesa se unificou de forma diferente da de Portugal e produziu um idioma nacional, os textos de Amadeu Amaral e Antenor Nascentes refletem a perspectiva oposta (complementar), pois trabalham especificamente sob o *eixo dos deslocamentos*, como já vimos em Orlandi (2001).

O que Amaral e Nascentes vão produzir são tecnologias voltadas para o estudo da(s) língua(s) falada(s) no espaço linguístico brasileiro, restritas a um determinado espaço físico mais ou menos delimitado (província, estado da federação, região do país), elaboradas para registrar e descrever os dialetos pertencentes à realidade brasileira. As duas obras podem ser apresentadas como instrumentos linguísticos completos (complexos) de um momento específico do fenômeno da gramatização brasileira, momento no qual *falar dos “usos variados”* seria *defender uma “outra língua”*.

Estruturadas de maneiras bastante semelhantes, as duas obras podem ser entendidas como verdadeiras gramáticas contrastivas da língua brasileira, pois além do inventário fonético e das regras de uso (de morfologia e sintaxe), apresentam ainda um dicionário (vocabulário) das línguas registradas. As duas obras fazem percursos também bastante semelhantes, ainda que algumas escolhas teórico-metodológicas sejam muito afastadas: as duas obras apresentam uma Introdução da matéria, um conjunto de regras e uma lista de termos. Daí a complexidade do instrumento, pois é uma gramática e um dicionário.

44 Ver Amaral (1920).

45 Ver Nascentes (1922).

Nas duas obras, o termo *dialecto brasileiro* é retomado a partir da definição dada por J. Leite de Vasconcelos, mas não por simples assimilação da teoria. Tanto Nascentes quanto Amaral vão questionar a concepção de dialeto do autor português, discutindo a necessidade de se estudar melhor as variedades. Veja, por exemplo, o que diz Nascentes (1922, p. 18): “Aceitemos o ponto de vista de Leite de Vasconcelos e com ele chamemos dialecto brasileiro ao falar do Brasil; vejamos se o dialecto brasileiro apresenta subdialectos.”

E o que diz Amaral (1920, p. 14):

Fala-se muito num “dialecto brasileiro”, expressão já consagrada até por notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialectação, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. Nem se poderão discriminar, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões.

Para além das diferenças entre as obras (e a partir de algumas de suas particularidades), poderemos pensar na maneira como são instrumentadas estas tecnologias, como e quais são as escolhas teóricas e metodológicas utilizadas para proceder tais estudos, e, o mais importante talvez, como elas constituem projeções para o futuro dos estudos dialetológicos. Uma nova ideia para os estudos do português no Brasil, resumida por Antenor Nascentes, já pode ser vista no prefácio de sua obra (ver NASCENTES, 1922, p. 21): “Os alicerces do edifício da dialectologia brasileira estão nas variedades. Estudadas estas, pode fazer-se um estudo sintético dos subdialectos; caracterizados estes, só então, por nova síntese, poderemos chegar a conclusões seguras a respeito do dialecto brasileiro”.

Esta ideia será pensada aqui como uma outra narrativa padrão no centro da agenda da espacialidade brasileira, constituída a partir da própria insuficiência da *narrativa padrão* (Ver Guimarães in Orlandi, 2007, p. 65).

3.2 O Dialeto Caipira de Amadeu Amaral

O *Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral foi publicado no ano de 1920. Além da *Introdução*, a obra está dividida em cinco grandes partes, a saber, *Fonética*, *Lexicologia*, *Morfologia*, *Sintaxe* e *Vocabulário*. Nas palavras do próprio Amaral (1920, p. 14):

O que pretendemos neste desprezioso trabalho (de que pedimos excusa aos competentes) é – caracterizar esse dialeto “caipira”, ou, se acham melhor, esse aspecto da dialeção portuguesa em S. Paulo. Não levaremos, por isso, em conta todos os paulistimos que se nos têm deparado, mas apenas aqueles que se filiam nessa velha corrente popular.

Na Introdução do *Dialeto Caipira*, a mesma ideia a que fizemos referência acima em Nascentes também é veiculada:

Seria de se desejar que muitos observadores imparciais, pacientes e metódicos se dedicassem a recolher elementos em cada uma dessas regiões, limitando-se estritamente ao terreno conhecido e banindo por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente. Teríamos assim um grande número de pequenas contribuições, restrictas em volume e em pretensão, mas que na sua simplicidade modesta, escoreita e séria prestariam muito maior serviço do que certos trabalhos mais ou menos vastos, que de quando em quando se nos deparam, repositórios incongruentes de factos recolhidos a todo preço e de generalizações e filiações quase sempre apressadas.

Tais contribuições permitiriam, um dia, o exame comparativo das várias modalidades locais e regionais, ainda que só das mais salientes, e por ele a discriminação dos fenômenos comuns a todas as regiões do país, dos pertencentes a determinadas regiões, e dos privativos de uma ou outra fracção territorial. Só então se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialecto brasileiro, ou dos dialectos brasileiros, quantos e quais os subdialectos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um. (AMARAL, 1920, p. 15).

Mais importante para a constituição desta *agendada espacialidade* são as recomendações de Amaral para a coleta de dados (como fazer a pesquisa de campo) que aparecem nas páginas 15 e 16 da *Introdução* e que serão retomadas anos mais tarde por autores como Candido Jucá (Filho) e Serafim da Silva Neto, como veremos no próximo capítulo (ver AMARAL, 1920, p. 15-16):

- a) não recolher termos e locuções apenas referidos por outrem, mas só os que forem pessoalmente apanhados em uso, na boca de indivíduos desprevenidos;
- b) indicar, sempre que for possível, se se trata de dicção pouco usada ou frequente, e se geralmente empregada ou apenas corrente em determinado grupo social;
- c) grafá-la sempre tal qual fôr ouvida. Por exemplo: se ouvirem pronunciar *capuêra*, escrever *capuêra* e não *capoeira*. Isto é essencial, e há muitíssimas colecções de vocábulos que, por não terem obedecido a este preceito, quase nenhum serviço prestam aos estudiosos, não passando, ou passando de meras curiosidades;
- d) se houver diferentes modos de pronunciar o mesmo vocábulo, reproduzi-los todos com a mesma fidelidade;
- e) sempre que possa dar-se má interpretação à grafia adoptada, explicar cumpridamente os pontos duvidosos;

- f) ter especial cuidado em anotar os sons peculiares à fonética regional (como o som de r em arara, ou o som de g em gente); declarar como devem ser pronunciadas tais letras, no caso de que o devam ser sempre da mesma maneira, e adoptar um sinal para distinguir uma pronúncia de outra, no caso de haver mais de uma (por exemplo, um ponto em cima do g quando sôa aproximadamente dg, para diferenciar do que sôa à moda culta; uma risca sôbre o c, para significar que é explosivo, como chave (tchave), etc.

Estas considerações de Amaral tornam sua obra mais técnica e científica se comparada ao trabalho de Antenor Nascentes. Vale destacar a atenção que dá Amaral à transcrição fonética dos verbetes e à forma de coletar os dados. Se Amaral exige que a coleta seja feita *na boca de indivíduos desprevenidos*, o que representa uma certa naturalidade na coleta dos dados, Nascentes considera a si mesmo o falante ideal do linguajar carioca.

3.3. O estabelecimento das duas edições do *O Linguajar Carioca*

A 1ª edição de *O linguajar Carioca em 1922*, publicada no mesmo ano de 22 pela Livraria Scientifica Brasileira, foi completamente refundida em 1953 pela *Organizações Simões*, com o título de *O Linguajar Carioca* apenas. Explica o autor no prefácio da segunda edição que o título agora havia perdido a oportunidade. Mas são, contudo, as mudanças que vemos nas primeiras partes das edições que mais nos interessam aqui, talvez por revelar o caminho teórico percorrido por Antenor Nascentes nestes trinta anos.

Nascentes não era adepto da ideia de que a língua portuguesa falada no Brasil era distinta da de Portugal (ou tão distinta), a ponto de configurar uma nova língua, e nem mudou sua ideia nos trinta anos que separam as duas edições. Apesar disto, a nova orientação teórica pode nitidamente ser percebida na comparação entre as duas edições. Destacamos duas grandes mudanças, ocorridas nas primeiras partes da obra, que podem revelar de alguma forma esta nova abordagem da questão do português falado no Brasil: de um lado a mudança terminológica de dialeto brasileiro (e subdialeto) e dialeto carioca para falar brasileiro e subfalar carioca, e a proposta de divisão do Brasil em regiões dialetais.

A partir da página 18 da 1ª edição⁴⁶ e página 16 da 2ª, os textos divergem bastante nos seus formatos e conteúdos. A terminologia de J. Leite de Vasconcelos é negada e substituída na 2ª edição pela de Marouzeau e Paiva Boléo, transformando *dialecto* em *simples falar*. Ainda com base em Marouzeau, define *falar* como “[...] um conjunto de meios de expressão empregados por um grupo no interior de um domínio lingüístico. É muito difícil, observa Paiva Boléo, estabelecer

46 Para a primeira edição ver Nascentes (1922), *O Linguajar Carioca em 1922*, Süsskind de Mendonça & Comp. Rio de Janeiro, 1922. Para a segunda edição ver Nascentes (1953), *O Linguajar Carioca*, edição da “Organização Simões”, Rio de Janeiro, 1953.

distinções objetivas entre dialeto e falar, mas, em todo caso, há menos inconveniente em chamar falar do que em chamar dialeto”.

Os doze parágrafos que na 1ª edição se iniciam com uma citação de Rodolfo Lenz, ainda à página 18, são aproveitados na 2ª edição numa parte nova intitulada *Posição do Linguajar Carioca no Conjunto do Falar Brasileiro*. Na 2ª edição, neste tomo apresenta um mapa do Brasil dividido em regiões dialetais e discute essa divisão de outra forma. O que na 1ª edição são apenas poucos parágrafos, na 2ª edição ganha mais páginas.

Na 1ª edição (p. 20-21), são estabelecidos quatro subdialectos do dialecto brasileiro:

[...] o nortista (Amazonas, Pará, litoral dos estados desde o Maranhão até a Baía), o fluminense (Espírito Santo, Rio de Janeiro, sul de Minas e zona da mata, Distrito Federal), o sertanejo (Mato Grosso, Goiás, norte de Minas, sertão dos Estados litorâneos desde o Maranhão à Baía) e o sulista (S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e triângulo mineiro).

Na 2ª edição (p. 25), estabelece seis *subfalares* e delinea com mais clareza sua tese central de que existiriam dois grandes grupos, *separados por uma zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos setentrional e meridional*:

Os subfalares do Norte são dois: o amazônico, que abrange o Acre, o Amazonas, o Pará e a parte de Goiás que vai da foz do Aquiri à serra do Estrondo, e o nordestino, que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e a parte de Goiás que vai da serra do Estrondo à nascente do Parnaíba.

Os subfalares do sul são quatro: o baiano, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Baía, Minas (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Parnaíba, seguindo pelas serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrepêditos); o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o Estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste); o mineiro (Centro, Oeste e parte do leste de Minas Gerais); o sulista, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e Triângulo), Goiás (Sul) e Mato Grosso.

Esta tese central, que foi lançada em 1922, foi completamente *refundida* em 1953, tratada de maneira *linguística*, e apresentada em termos de uma grande isoglossa que dividiria o país em norte e sul. À tese defendida por Nascentes na 1ª edição de que se pode reconhecer uma grande divisão norte e sul; acrescenta na 2ª edição que no sul não há vogais pretônicas abertas antes do acento (salvo determinados casos de derivação).

O mapa com a divisão dialetal do Brasil que apresentamos a seguir só aparece na edição de 1953, com os seis dialetos (Amazônico, Nordestino, Baiano, Mineiro, Fluminense e Sulista) e uma região considerada por ele *incharacterística* que compreenderia hoje parte dos atuais estados do Mato Grosso, Goiás e Tocantins.



3.4. Vocabulários

Listas de palavras, vocabulários, dicionários bilíngues e monolíngues têm sido objeto de muitas pesquisas nas áreas de História das Ideias Linguísticas e Análise do Discurso. Basta pensar, por exemplo, nos trabalhos de Collinot (1997), Mazière (1986) e Nunes (2003), entre outros. Para a análise dos vocabulários de Amaral e Nascentes, vamos trabalhar dentro de um dispositivo analítico já experimentado por Nunes (2006) quando observou nos prefácios e verbetes dos dicionários de Bluteau e Moraes, as questões de *redefinição do espaço*, da *presença dos sujeitos* e da *inserção dos objetos na cena da definição*.

Como o dicionário de Moraes era constituído parafrasticamente a partir do de Bluteau, foi possível para Nunes (2006) observar, em meio às suas análises, os deslocamentos de sentido na passagem de autor a outro, distanciados por espaços-tempo diferentes. No nosso caso específico, os deslocamentos de sentido percebidos nas nossas análises vão remeter-nos muito mais a uma diferença espacial, um deslocamento da espacialidade, do que em termos temporais, deslocamentos de sentido no tempo.

Como a situação linguística brasileira caminhava para um novo entendimento da língua Nacional (era preciso conhecer as variedades), os vocabulários de Amaral e Nascentes podem nos auxiliar a observar com mais atenção as diferenças dialetais entre falares das regiões do Brasil, de São Paulo e do Rio de Janeiro, ou, em outros termos, na antinomia do campo à cidade, do rural ao urbano.

Sem dúvida nenhuma, o trabalho de Amaral é bem mais minucioso, pois além de possuir um número bem maior de entradas, apresenta ainda no corpo da definição as categorias gramaticais, a significação e considerações ainda das *formas dialectais*, bem como comentários sobre a origem e etimologia e citações da literatura. Todas estas características aproximam o vocabulário de Amaral tanto de um dicionário de definição como de um dicionário enciclopédico. O trabalho de Nascentes é, nesse sentido, mais sucinto.

A seguir, vamos analisar alguns verbetes constantes no *Dialeto Caipira* e no *Linguajar Carioca*, tentando compreender como se dá o trabalho destes autores com a questão da espacialidade brasileira.

Verbetes

Restringimos nossas análises dos vocabulários, guiados por uma feliz coincidência entre os dois sujeitos em questão, o Caipira e o Carioca. Pensar na representação da realidade brasileira, para nós, será pensar na espacialidade brasileira, atravessada pelas suas subjetividades específicas, com seus objetos constituintes, com suas cenas reflexas do campo e da cidade, do rural ao urbano. Vamos olhar, assim, para a representação de cotidianos, discursos de costumes que habitam e participam da cena de definição.

Bastante opostas, as cenas de definição podem ser assim resumidas se pensarmos na relação entre os seus componentes específicos: o sujeito, o objeto e o espaço⁴⁷. Há claramente uma oposição entre o campo e a cidade, manifestada em todos os componentes da cena: o sujeito caipira/cosmopolita, o espaço rural/urbano. Os objetos aí inseridos são aqueles específicos da vida destes sujeitos, específicos de suas práticas cotidianas.

Em Nascentes, por exemplo, os objetos e as práticas dos sujeitos na cena de definição remetem sempre este sujeito a uma forte relação com o ambiente urbano da capital do país. De certa maneira, o *Carioca* representado por Nascentes era aquele que refletia sua vida na cidade, sua relação com as instituições privadas e estatais, com os movimentos culturais, etc. O carioca, definido como *natural do Distrito Federal*, fazia parte do jogo político do país.

47 Ver Santos (2005, p. 34): "O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais."

Vejamos, por exemplo, alguns verbetes que constam do vocabulário carioca⁴⁸:

Verbetes	Definição
1. caça-níqueis	Máquina onde se punha uma moeda de níquel para receber muitas... de vez em quando
2. cadáver	Credor
3. cafagestada/cafageste	Acto de cafageste
4. caixa-de-fósforos	Bonde pequeno
5. camarada	Nome delicado de chamar o soldado
6. canoa	Grupo de policiais em diligência
7. capanga/capangada	Guarda-costas de político
8. cara-dura	Bonde de bagagens e passageiros; indivíduo cínico
9. carapieu	Partidário do clube carnavalesco dos Democráticos
10. carapina	Carpinteiro
11. cavalariano	Soldado de cavalaria
12. chilindró	Prisão na delegacia
13. cinema	Abreviatura de cinematógrafo
14. civil, civi	O guarda civil
15. civilista	Partidário de Ruy Barbosa, contrário à eleição de militar
16. conductor, cunditô	O recebedor das passagens de bonde
17. contínuo, contino	Empregado superior ao servente nas repartições públicas
18. conventilho	Casa de tolerância
19. cordão	Grupo de carnavalescos que desfila pelo meio da rua
20. coronel, coroné	Roceiro endinheirado e tolo que estipendia amantes caras

Ao analisar os verbetes isolados em *Nascentes*, podemos caracterizar a cena de definição como cosmopolita. Neles estão representados os locais e objetos típicos da cidade, assim como os sujeitos que participam desta cena. Vejamos, por exemplo, os sentidos que circulam em torno do Bonde, transporte público muito utilizado nesta época no Rio de Janeiro (4, 8 e 16).

Havia também, na representação que faz *Nascentes* do carioca, uma forte relação do sujeito com as questões políticas daquela época, naquela cidade. As relações do sujeito com o estado, dadas na maioria das vezes pelo poder coercitivo das instituições, podem ser vistas nos exemplos 5, 6, 7, 11, 12, 14, 15 e 17. Chamamos atenção especial ainda para os verbetes 7 e

⁴⁸ Faremos a apresentação em forma de tabela com os verbetes numerados, para facilitar os posteriores comentários sobre a cena de definição em *Nascentes*.

15 que revelam um pouco do cenário político da capital federal. Por fim, vale também destacar as características deste sujeito carioca, estereotipadas em torno das suas atividades culturais, como o jogo, o carnaval, etc. (1, 2, 9, 13, 18 e 19), e que hoje marcam uma identidade (imaginária) destes cidadãos.

Os verbetes em Amaral, do ponto de vista da forma como são registrados, diferem bastante dos de Nascentes: há preocupação fonética, categorização gramatical, relação espacial do termo com seus diversos usos e significações (em São Paulo e nas demais regiões do Brasil) e etimologia (o que pode ser entendido como a manutenção de uma tradição nos estudos dos brasileirismos). Assim, a ideia que permeia ambas as obras, e à qual fizemos referência anteriormente, pode ser melhor observada na construção dos termos. Tomemos como exemplo o verbete COISA-FEITO:

Verbetes/Categoria Gramatical	Definição
COISA-FEITO, _ feita, s.f.	Feitiço, mal praticado às ocultas, como por ex., um envenenamento: "...o afamado Benedito Macaia, curador às direitas, que não punha, mas sabia desmanchar feitiço e as coisa feito. // A expressão parece mais ou menos generalizada pelo Brasil. Garcia recolheu-a em Pernamb. _ Já nas "Memórias de um Sarg. de Mil.", 2. ^a parte, cap XVIII, se encontra isto: "Aquêlê rapaz nasceu em mau dia, disse ela, ou então aquilo é cousa que lhe fizeram: do contrário não pode ser."

Na parte introdutória do *Vocabulário*, Amaral (1920, p. 68) afirma que: "Este glossário não se propõe reunir, como já dissemos em outro lugar, todos os brasileirismos correntes em S. Paulo. Apenas registra vocábulos em uso entre os roceiros, ou caipiras, cuja linguagem, a vários respeitos, difere bastante da da gente das cidades, mesmo inculta".

A cena de definição em Amaral é bastante distinta. A imagem do campo é sempre realçada com a inclusão no vocabulário de uma série de verbetes que remetem à fauna e flora local e aos modos e costumes da vida do caipira. Também podem ser constatados termos que fazem referência à cultura local, como as crenças (folclore), danças, comidas típicas, etc., enfim, ao sujeito caipira no ambiente peculiar do campo.

Como detectamos anteriormente, o caráter enciclopédico do vocabulário de Amaral pode ser constatado a partir das definições dadas aos objetos que compõem a cena de definição. Nos verbetes de plantas e animais quase sempre ocorre a referência aos nomes científicos destes objetos, o que, sob nosso ponto de vista, pode ser consequência do modo como se fazia ciência naquela época:

Verbetes/Categoria Gramatical	Definição
CABOCRINHO, s.m.	Pequeno pássaro do gén. "sporophila". Papa-capim
CAMBARÁ, s.m.	Árvore da fam. Das Compositas

Além disso, os objetos e ações da vida no campo são também representados, como vemos em:

Verbetes/Categoria Gramatical	Definição
CAMBÓTA, s.f.	Cada uma das duas peças, em figura de segmento de círculo, que, com o meão, formam a roda do carro de bois.
CAPAÇÃO, s.f.	Acto e efeito de castrar.
CAPINÁ(R), v.t. e i.	Mondar, limpar de ervas e mato (o solo, as plantações)
CÉVA, s.f.	Lugar onde se põem grãos ou outros engodos para a caça.

Há apenas dois verbetes que, diferentemente do *carioca* de Nascentes, expressam diretamente a relação deste sujeito com o estado, com a esfera política da região, como se pode ver em:

Verbetes/Categoria Gramatical	Definição
CABEÇA-SÊCO, s.m.	Soldado de polícia: "olharam-se de banda, depois granaram os olhos de frente. O soldado estava com os olhos estanhados no adversário... _ Nunca me viu, siô? _ Num dô sastifa pra cabeça-sêco..." (C.P)
CÂMERA ⁴⁹ , câmara, s.f.	C. municipal

Por último, separamos os verbetes em comum nos vocabulários de Amaral e Nascentes que nos permitem observar, na cena de definição, as diferenças entre o campo e a cidade, os deslocamentos de sentido do rural ao urbano.

Amaral	Nascentes
1. CAMARADA, s.m. _ indivíduo que, nas fazendas, está encarregado de vários serviços; trabalhador de roça.	1. Camarada, camarado _ nome delicado de chamar o soldado.
2. CAPADO, s.m. _ porco castrado.	2. Capado _ porco <i>capado</i> e gordo.
3. CAPANGA, s.m. _ indivíduo assalariado para guarda e defesa de alguém; "guarda-costas".	3. Capanga _ guarda-costas de político.
4. CAPUÊRA, s.f. _ mato que nasceu em lugar de outro derrubado ou queimado. // De "caapuan-uera", mato isolado que foi, antigo mato virgem. _ A forma culta capoeira, assimilada a palavra já existente na língua.	4. Capoeira, capuera _ indivíduo hábil no jogo nacional de defesa. Capoeiragem, capuerage _ jogo nacional de defesa, como a <i>savate</i> francesa, o <i>Box</i> inglês, o <i>ju-tsiu</i> japonês.

49 Há também a forma na variação *cambra*.

5. CHUMBEADO, q. _ atingido por tiro de espingarda; namorado; ligeiramente embriagado.	5. Chumbado _ embriagado
6. CUPIM, s.m. _ designa várias espécies de térmitas, que constroem grandes "casas" de terra; a habitação dos cupins, a que se dá também o nome de <i>cupinzê(i)ro</i> .	6. Cupim _ formiga que danifica móveis, casas.

As entradas 4 e 6 talvez sintetizem melhor as diferenças que elencamos acima. O termo *capoeira*, que já havia se tornado uma contenda entre os estudiosos Baurepaire Rohan e Macedo Soares nas páginas da *Revista Brasileira*, em Amaral é tomado somente a partir de sua etimologia enquanto em Nascentes denota apenas a dança, o jogo de origem popular. O termo *cupim*, por sua vez, reflete de forma emblemática as tomadas de posição de Amaral e Nascentes: no primeiro, a utilização dos termos científicos (térmitas) e a representação do espaço fora da casa, no campo, enquanto no segundo a representação do espaço interno da residência e de sua mobília.

Os termos *camarada* e *capanga* deixam transparecer a questão política em Nascentes, possivelmente por sua posição na capital do país. Por fim, o termo *chumbeado*, que em Amaral ainda apresenta suas relações com a origem (o chumbo da bala), em Nascentes é citado somente em seu sentido figurado.

4. A agenda em funcionamento: da idéia às práticas

4.1 A mentalidade dialetológica: novos recortes e novas delimitações

Temos observado até agora a questão da espacialidade brasileira com especial ênfase nas suas relações com a constituição de uma língua nacional, de um lado, e com a percepção de seu desmembramento em dialetos, de outro. Partimos da gramatização brasileira, que coloca em evidência esta relação entre a norma e a variação, para pensar no funcionamento de um discurso sobre a espacialidade brasileira numa política de línguas no Brasil. E esta política de línguas é afirmada ora pelas ações de uniformização, ora pela percepção e descrição das variedades.

Do ponto de vista da descrição das variedades, comumente se refere na história da dialetologia brasileira às monografias sobre os falares regionais como os primeiros estudos dialetológicos no Brasil. Dentro de um quadro geral, elas estão separadas das ações decorrentes do decreto 30.643, de 20 de março de 1952, constituindo para muitos uma fase diferente nos estudos dialetológicos no Brasil⁵⁰. Vale destacar que este decreto assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, institui o Centro de Pesquisas (jurídicas e filológicas) na Casa de Rui Barbosa e assevera, no seu art. 3º, parágrafo 3º, a finalidade principal da Comissão de Filologia que é a elaboração do “Atlas Linguístico do Brasil”.

Um dos fortes argumentos para a separação das fases é principalmente o investimento teórico e metodológico promovido por Nascentes, Serafim, Celso Cunha e Nelson Rossi, encarado como um passo em direção à Geografia Linguística⁵¹. O Atlas Linguístico do Brasil e os atlas regionais têm aí, por costume, suas datas iniciais de referência. Normalmente, faz-se menção a este período pós-53 tomando a afirmação de Serafim da Silva Neto de que não havia no Brasil uma *mentalidade dialetológica*⁵².

Tomados fora deste quadro geral da dialetologia brasileira, como estes investimentos interferem (participam do) no funcionamento deste discurso sobre a espacialidade brasileira? Como este avanço teórico metodológico pode ser interpretado na relação entre o estabelecimento de uma norma e a descrição das diversidades?

O primeiro passo foi situar estes acontecimentos do campo da dialetologia num contexto mais geral de uma História das Ideias Linguísticas no Brasil⁵³, tentando compreender o que significaria esta (ausência da) mentalidade dialetológica. Como produz um saber sobre a língua,

50 Sobre as diferentes fases dos estudos dialetológicos ver Cardoso: *O Atlas Linguístico do Brasil: um projeto nacional* in Aguilera (1998).

51 Ver Cardoso (1999).

52 A afirmação está na abertura do Guia para Estudos Dialetológicos de 1955. Ver Silva Neto (1955).

53 Estamos pensando especificamente no panorama e periodização apresentados por Guimarães (2004) a partir dos acontecimentos relativos aos estudos do português no Brasil.

e especificamente dentro da disciplina dialetológica um conhecimento linguístico particular (o estudo da diversidade), esta *mentalidade dialetológica* reorganiza o passado da disciplina afetando o funcionamento da língua de um modo geral, criando seus horizontes de projeção.

Há *acontecimentos políticos, institucionais (sistema educacional), culturais e linguísticos* (GUIMARÃES, 2004) que participam da construção deste saber, e eles não podem ser desconsiderados se tomamos como ponto de partida sua inscrição na história. São estes acontecimentos, como por exemplo, a criação dos cursos de Letras no fim dos anos 30, que nos fazem pensar na afirmação desta mentalidade dialetológica como um saber científico, um conhecimento linguístico respaldado pela técnica da ciência.

É recorrente nas leituras de hoje, sobre os textos de Serafim da década de 50, fazer referência a esta época como um momento de apuração teórica e técnica, uma espécie de reivindicação de cientificidade⁵⁴. E este saber, vale destacar, vai ser produzido no interior das Universidades, diferentemente do saber produzido a partir do ensino escolar.

Do lado da imposição da norma, ou seja, para o estabelecimento de uma língua oficial para o país, alguns acontecimentos já não nos permitiam mais propor o funcionamento da agenda da espacialidade brasileira somente em vistas do processo de gramatização. Vale destacar pelo menos três deles que podem ser considerados pontos limítrofes do alcance da gramatização brasileira⁵⁵, afinal reafirmam, e de certa maneira com muita força pela via do Estado, a uniformização do idioma nacional.

O primeiro deles é a publicação em 1943 pela Academia Brasileira de Letras do Formulário Ortográfico. O formulário consistia num conjunto de instruções fornecido pela Academia para a confecção do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, sugerido pelo então Ministro da Educação e Saúde do primeiro governo de Getúlio Vargas, o senhor Gustavo Capanema. O segundo diz respeito à denominação do idioma nacional promovida em função da confecção da Constituição Federal de 1946.

Foi por ocasião das disposições transitórias da Constituição Federal de 1946 que o governo nomeou uma comissão composta de professores, escritores e jornalistas para opinar sobre a denominação do idioma nacional. Com Sousa da Silveira⁵⁶ na relatoria, dizia conclusivamente o texto: *a Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa*. Por último, destacamos a elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira em 1959, que, como já dissemos, representou um importante fator na constituição da língua nacional (oficial) no Brasil.

54 Brandão (1991) vai falar em *rigor científico*.

55 Como já vimos em Orlandi (2001).

56 Na 7ª edição do *Lições de Português*, de 1964, consta o texto Denominação do Idioma Nacional do Brasil, documento que foi encaminhado ao Ministério da Educação. Ver Sousa da Silveira (1964).

A estabilidade da norma e este deslocamento do lugar de produção do saber linguístico são elementos novos para a agenda da espacialidade brasileira. As produções acadêmicas que vamos analisar neste último capítulo serão representativas desta nova abordagem da espacialidade brasileira, de cunho estritamente dialetológico. De algum modo, poderíamos pensar nas monografias regionais e algumas gramáticas escolares, de um lado, relacionadas ao horizonte de retrospectiva de um saber linguístico, e, a partir do trabalho técnico (tecnológico) e científico que objetivavam a construção do Atlas Nacional, de outro, pensar nas produções acadêmicas que constituíam os horizontes de projeção deste saber.

4.2. Candido Jucá (Filho)

Na *Gramática Histórica do Português Contemporâneo* publicada em 1945, Candido Jucá (Filho) coloca na sétima parte de sua obra o *problema da dialectologia brasileira*. Dividida em oito partes, três delas apêndices, o excerto intitulado *O Português no Brasil* chama a atenção pela forma de apresentação da matéria, correspondente à forma mais ou menos estável de apresentação das gramáticas⁵⁷. Não que o caso de Jucá seja extraordinário⁵⁸ em meio a tantos outros que, como confirma Pinto (1978), utilizaram a terminologia da dialetologia e da geografia linguística, mas é, sem dúvida nenhuma, bastante representativo.

Sousa da Silveira (1964), por exemplo, nas suas *Lições*, inicialmente publicadas na *Revista de Língua Portuguesa* de Laudelino Freire, também fez a melhoria em suas páginas de introduzir a discussão da dialetologia no Brasil. Na sétima edição, já de 1964, a quarta parte da obra se chama *Dialetologia*, dividida num texto sobre a língua portuguesa no Brasil e na reprodução do documento oficial do qual Sousa da Silveira fora relator. No primeiro (ponto 573), as considerações sobre dialetologia se resumem a repetir a narrativa padrão para a formação do português no Brasil e citar os trabalhos de Amaral, Nascentes e Marroquim (1934). O segundo é um ato jurídico, decorrente de uma nomeação governamental, para opinar sobre a denominação do idioma nacional⁵⁹.

Cândido Jucá constrói uma espécie de gramática interna do português do Brasil, apontando para as diferenças e semelhanças entre o Português falado no Brasil do falado em Portugal. Sua gramática do Português no Brasil está assim dividida:

57 Ver Auroux (2009, p. 67): "O conteúdo das gramáticas é relativamente estável: ortografia/fonética (opcional), partes do discurso, morfologia, sintaxe, figuras de construção."

58 Menos ainda pela apresentação: em outras obras também podemos registrar uma certa estabilidade na exposição dos conteúdos. Ver, por exemplo, *O Idioma Nacional de Nascentes*, 1927. Como original, Castilho (1972) vê o inquérito por correspondência aplicado por Jucá em 1937.

59 Sousa da Silveira era relator da Comissão nomeada pelo Ministério da Educação, cumprindo as disposições transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946.

- 1) A Fonologia Brasileira;
- 2) O Vocabulário Brasileiro;
- 3) Criação Vocabular no Brasil;
- 4) A Morfologia no Brasil;
- 5) A Sintasse Brasileira⁶⁰.

Vale destacar que boa parte da apresentação das semelhanças/diferenças era feita por meio de paradigmas inteiros de comparação língua a língua, utilizando por vezes os mesmos exemplos consagrados pelo tempo e pelos autores nacionais. Não podemos perder de vista, é claro, que a visão de Candido Jucá (Filho), diga-se bastante tradicionalista, é a da unicidade linguística portuguesa. Seus exemplos assim vão repetir uma série de semelhanças entre o português do Brasil e alguns dialetos portugueses além mar.

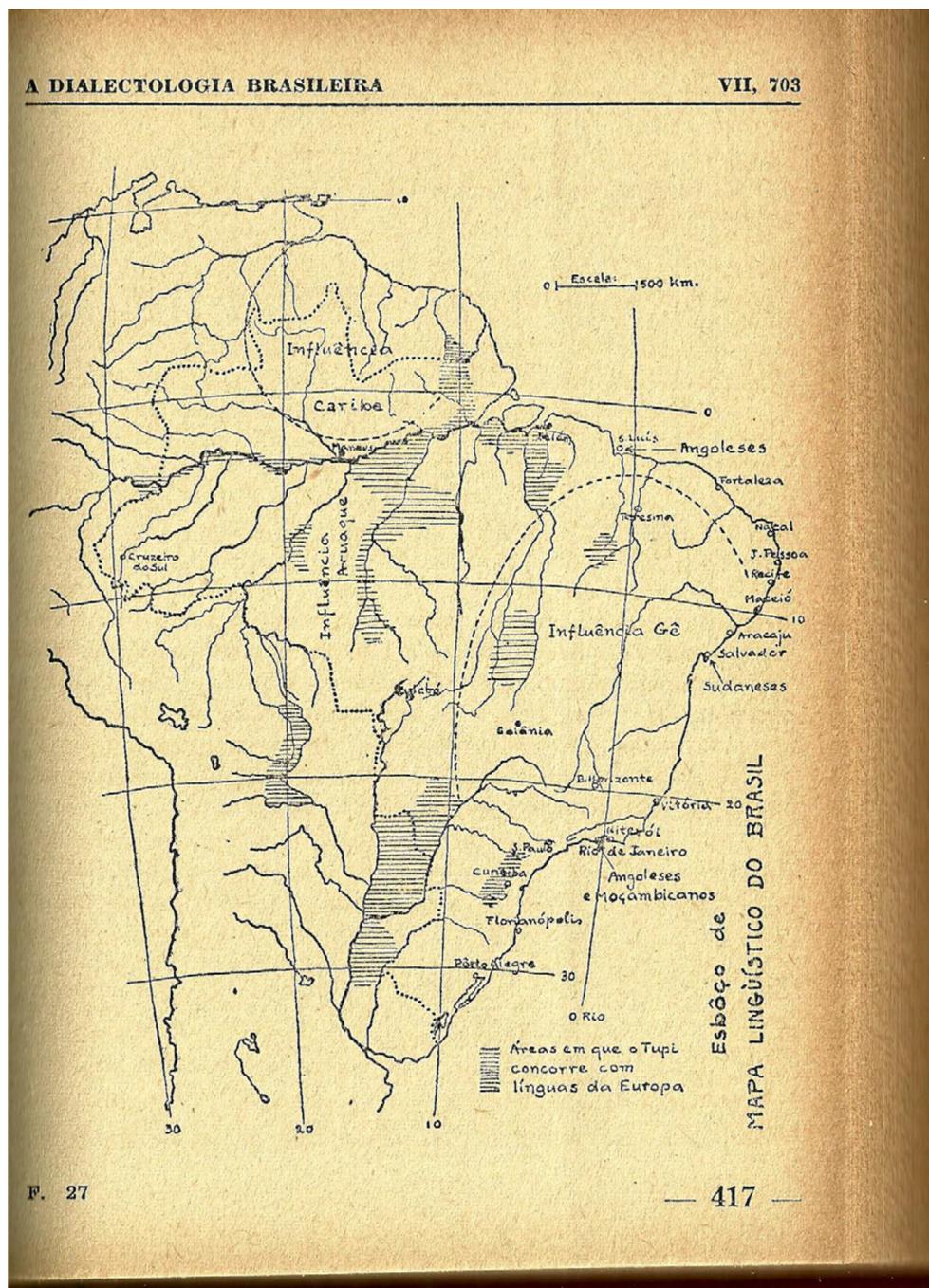
Depois de afirmar que *todas as alterações normais que afetam a nossa prosódia – fenômenos regionais que são no Brasil – emparelham com idênticos regionalismos em Portugal* (ponto 102), apresenta o paradigma da seguinte forma:

Brasil	Portugal
a) São geralmente nasais as vogais colocadas antes de uma nasal que pertença ao mesmo vocábulo: cama /Kãma/, paina /pãina/.	Em Portugal o mesmo fato ocorre em Ponte-de-Lima, no Concêlho de Melgaço, em Viana do Castelo. (L. de Vasconcelos)
b) Aqui o ditongo Em se pronuncia com E nasal: /ëi/.	O mesmo ocorre em diversas regiões de Portugal (L. de V.).
c) É corrente no Brasil o R gargarizado: /R/, tendente muita vez para a aspiração: /J→h/.	Em Portugal é também prática individual em diversos pontos do país. (G.V.)
d) Na conversação ordinária os LL finais são articulados como a vogal U: /u/.	No linguajar de Cerveira, em Portugal, ouve-se o mesmo. (L. de V.).
e) No Brasil os SS finais são em geral chiantes, salvo se ocorrem antes de pausa, quando na boca da gente cuidadosa é sibilante.	Em Portugal, eles são chiantes, a não ser que estejam antes de /ç/, ou /z/. Em Felgueiras são sempre sibilantes.

No apêndice *Problema da Dialectologia Brasileira*, Jucá (Filho) retoma a questão *dialeto x língua*, muito comum como vimos em fins do século XIX/começo do XX, ainda que não avance muito em suas pesquisas nas discussões teórico-metodológicas envolvidas nas práticas de descrição das diferenças regionais que ele mesmo percebe. O jargão da dialectologia é retomado, e um mapa chega a ser apresentado, característica mais comum em obras de cunho dialectológico, mas não se faz referência específica à coleta dos dados, ao corpo da doutrina dialectológica, etc., como veremos se realizar mais à frente com Serafim.

⁶⁰ O mapa linguístico esboçado pelo autor reproduz a narrativa padrão de uma maneira muito

particular. As áreas linguísticas são delimitadas em função do contato dos “três povos” em território nacional. Os africanos são marcados no litoral, representados pelos Angolezes em São Luís, os Sudaneses em Salvador e os Angolezes e Moçambicanos no Rio; os europeus referidos no contato que têm com o tupi (línguas da Europa) e os indígenas na influência dos diversos troncos: Tupi, Caribe, Aruaque e Gê.



O autor reconhece os *dialetóides*, apresentando inclusive um Esboço de mapa linguístico do Brasil, mas sua visão era a de que, por força do contato com a “supremacia” da língua portuguesa, estas variantes linguísticas desapareceriam. Diz ele:

Os dialetos brasileiros, como os lusitanos, vivem porém à margem, e coexistem com o Português propriamente dito. Todavia no Brasil, mais do que em Portugal, eles parecem destinados a desaparecer, pois longe de apresentarem viço, se deixam abafar pela língua portuguesa, expansionista e absorvente. [...]

É pois de todo provável que os dialetóides brasileiros não sejam nenhum tropeço para que a

Língua Portuguesa na sua força incoercível venha campear soberba neste país, como o fez em Portugal. É uma questão de tempo, e de escolas.

4.3. Serafim da Silva Neto

Serafim olhava para a questão da língua oficial, da língua padrão, de outra maneira. O que ele chamava de *língua comum*, em oposição aos falares, funcionava dentro da relação entre o regional e o urbano, entre a cultura e a civilização⁶¹. Para ele, a cultura, ou a herança social, era:

[...] a soma de conhecimentos repetidos tradicionalmente, adquiridos tradicionalmente, que passam tradicionalmente de pais a filhos. Isto é cultura: aqueles conhecimentos que nós herdamos de nossos pais e que, de modo geral, podemos opor àqueles conhecimentos que vamos aprender na escola, que vamos aprender nos livros.

Aquilo que chamava de civilização carregava o peso e a força da instrução, da vida urbana, do contato com o mundo, e *desregionalizava* o falar: “[...] porque as cidades, entre outras características, têm aquela de uma taxa muito grande de alfabetização e uma das finalidades da escola primária é *desregionalizar*; o aluno que a frequenta vai lá para aprender a língua comum.”

Serafim estava preocupado, como ele mesmo dizia, em caracterizar os diferentes grupos humanos. Os grupos humanos, por sua vez, apresentavam traços culturais decorrentes da vida em comum, e esta vida em comum acarretava “uma consciência de certas particularidades linguísticas, que distinguem a linguagem de um grupo do falar de um grupo vizinho” (SILVA NETO, 1955, p. 16). Observava assim os fenômenos da diversidade linguística brasileira abandonando a antiga oposição entre dialeto e língua portuguesa, colocando seus estudos dialetológicos dentro do campo maior da Etnografia. Para ele, o *falar* era *um feixe de traços linguísticos distintivos*.

Nas considerações que vai tecer sobre a dialetologia e como descrever os falares dos grupos humanos é que residem, porém, nossos maiores interesses. Em Serafim, a *mentalidade dialectológica* pode ser pensada não apenas como o conjunto de princípios e técnicas para o estudo dos falares, mas também como um saber, ou seja, um conhecimento linguístico produzido em condições específicas que passa a tratar a questão da diversidade no Brasil de outra maneira, distante das discussões que perduraram por décadas sobre a Língua Portuguesa

61 Estas considerações de Serafim da Silva Neto na década de 50 vão produzir um recorte interessante nos estudos da linguagem no Brasil. Estudos preliminares nas áreas da História das Ideias Linguísticas no Brasil (ver GUIMARÃES, 2004) e da Análise do Discurso (ver ORLANDI, 2009) têm mostrado a importância da perspectiva política e social das contribuições de Serafim para discutir a história da língua portuguesa no Brasil.

no Brasil e sua constituição como língua nacional. Veja, por exemplo, o que diz ele no *Manual de Filologia Portuguesa* (1957, p. 103) sobre a defesa do idioma:

É tarefa extremamente delicada, pois está muito comprometida pela gramatiquice. Em primeiro lugar: que se deverá entender por defesa da língua? Qual a exacta noção de erro?

Para o professor Rodrigues Lapa, o problema não é de ordem coercitiva, não deve ser resolvido por meio de fiscalização (a cargo do Ministério das Letras!), dos escritores, dos jornalistas e dos letrados...

É, ao contrário, um problema de psicologia e de cultura.

Há algumas marcas no texto que denotam a posição relativamente positivista e acadêmica de Serafim em relação à ciência. O próprio título da seção *A Dialectologia – Seus Progressos* dedicada em parte à história da dialectologia parece confirmar parte disto, assim como as expressões que compõem o restante do texto: *de cumprirmos de acordo com as técnicas modernas de trabalho, a grande renovação da dialectologia, o moderno método de pesquisa dialectológica, a pesquisa tradicional é manifestamente falha e insuficiente, etc.*

Há ainda como dissemos um posicionamento estritamente acadêmico de Serafim, referindo-se por diversas vezes à importância das faculdades na realização das tarefas da dialectologia. Por duas vezes cita com entusiasmo o número de Faculdades no país, e as coloca como centros irradiadores deste saber. Além das propostas dos cursos e do desenvolvimento das pesquisas dos falares, as Universidades eram também os centros formadores das equipes de inquérito.

A definição em si de *falar*, de roupagem claramente estruturalista, pode ser pensada como um posicionamento de um lugar específico para a produção de um determinado conhecimento linguístico, ou seja, o de uma posição de cientista. Podemos dizer, por exemplo, que há uma espécie de rompimento com uma certa tradição que se estabelecera na maneira como eram tomadas e descritas as variedades regionais.

Talvez por isso a importância da rigidez e da técnica na coleta dos dados e a total recusa dos materiais escritos. Em outras palavras, este saber que agora é irradiado de um lugar distinto de produção (digamos as faculdades, em lugar das escolas) está delimitado por princípios e técnicas específicos, que o relacionam com uma forma de fazer ciência.

Se pudemos falar desta mentalidade dialectológica como pertencente a um certo lugar de produção de saber, um saber *linguístico*, um saber *científico*, também devemos levar em consideração que a produção deste saber ocorre em meio a outros acontecimentos no tempo. Isto significa dizer que o saber constituído a partir dos trabalhos que Serafim vai produzir sobre a questão da diversidade brasileira vai organizar o passado da disciplina. O saber novo, que se

constitui a partir dos princípios e técnicas da Geografia Linguística, lhe permite assim opor o tradicional ao científico, o ultrapassado ao moderno.

O objetivo final destes empreendimentos propostos por Serafim, sejam eles projeções de ordem teórica ou prática, se concretizariam na realização de um Atlas Linguístico-Etnográfico Brasileiro.

4.4 O Projeto ALiB

A ideia de Serafim e Nascentes para a construção de um Atlas Linguístico do Brasil não foi totalmente abandonada. É verdade que até 1996, quando se constitui o Comitê Nacional do Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil)⁶², as práticas se resumiam à confecção de Atlas regionais, e diga-se de passagem, em número muito reduzido. Após a publicação do Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB) (ROSSI, 1963) por Nelson Rossi, Carlota Ferreira e Dinah Maria Isense em 1963, seguiram apenas as publicações do Atlas Linguístico de Sergipe (ALS) (FERREIRA *et al.*, 1987), do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG) (RIBEIRO *et al.*, 1977), do Atlas Linguístico da Paraíba (ALPb) (ARAGÃO; MENEZES, 1984) e do Atlas Linguístico do Paraná (ALPr) (AGUILERA, 1994).

Para o estabelecimento dos pontos de inquérito, o projeto tomou como referência as localidades estabelecidas por Nascentes (1958) no *Bases para elaboração do Atlas Línguístico do Brasil* adaptadas às novas exigências do ALiB. A rede de pontos, num total de 250 localidades, levou em conta critérios demográficos, históricos e culturais. Foram confeccionados três diferentes tipos de questionários, além das questões de pragmática.

Utilizando as informações colhidas no *site* do Projeto, organizamos de maneira simplificada os objetivos de cada tipo de questionário:

Questionário/Tipo	Objetivos
-------------------	-----------

62 Para maiores informações do Projeto, acessar <http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/WebHome>.

Fonético e Fonológico	O QFF contém cento e cinquenta e nove questões e é orientado, principalmente mas não exclusivamente, no sentido de identificar as áreas em que ocorrem fatos fônicos já documentados em pesquisas anteriores, embora algumas questões sejam dirigidas também a fatos mais fortemente marcados do ponto de vista diastrático ou diafásico.
Semântico-Lexical	O QSL, com duzentas e duas questões, de orientação basicamente onomasiológica e de interesse diatópico, tem por objetivo a documentação do registro coloquial do falante, buscando as formas de emprego mais geral na localidade, sem priorizar regionalismos, arcaísmos ou linguagens especiais de grupos.
Morfossintático	No QMS, as quarenta e nove perguntas visam a apurar variantes diatópicas nas construções sintáticas e morfológicas, como, por exemplo, a presença ou ausência de artigo diante de nome próprio, ou o uso de tu ou você como pronome sujeito, assim como fatos característicos da variação diastráticas, como a flexão de nomes em -ão; o plural de nomes em -al, -el, -ol; assim como casos de concordância.
Questões de Pragmática	As questões de pragmática visam à apuração das diferenças nas formas de tratamento, influenciadas por questões sociais.

Até 2012, os inquéritos haviam sido aplicados em 232 localidades, num total de 1028 informantes, com 19 estados concluídos. Atualmente publicado pela editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL) em dois volumes, o Atlas Linguístico do Brasil foi finalizado em 2014 (CARDOSO *et al.*, 2014).

5. Conclusão

Percorremos nesta pesquisa quase cem anos da questão da espacialidade brasileira nos estudos da linguagem no Brasil. Ainda que nosso objetivo principal não tenha sido apresentar simplesmente uma periodização do funcionamento da Agenda da Espacialidade, a tarefa nos ajudou a organizar melhor nosso arquivo nesse quase um século de investigação sobre a diversidade brasileira. Foi tomando a espacialidade como um discurso, investigando suas condições de produção e sua permanência e influência no decorrer dos anos que nos foi permitido analisar em conjunto algumas produções acadêmicas que apresentamos neste texto.

Sem nos desvencilhar dos acontecimentos históricos que estavam envolvidos na percepção da realidade linguística brasileira (sua diversidade e sua distribuição pelo território nacional), optamos por definir fases distintas da permanência desta Agenda a partir das características que eram mais ou menos comuns aos textos e neles recorrentes. É claro que, nas bordas, nos limites destas fases, a dificuldade de separação aumentava.

Tínhamos certa convicção de que a gramatização brasileira que se iniciou no fim do século XIX estabelecia um ponto de partida produtivo, na medida em que colocava a questão da diversidade brasileira nas produções acadêmicas a partir da oposição entre a língua falada no Brasil e em Portugal. É nesse período inicial, fortemente influenciado pelos acontecimentos políticos que afetavam o Brasil, como é o caso da Proclamação da República, que a discussão sobre *que língua falamos?* (um dialeto brasileiro ou a língua portuguesa?) vai tomar corpo através das diferenças apresentadas pelos autores nacionais entre a língua falada aqui e do outro lado do Atlântico.

Neste período surgem, por exemplo, as primeiras distribuições espaciais da língua falada em território nacional, como vimos no segundo capítulo, com os trabalhos publicados na *Revista Brasileira* de 1879 a 1899, nos textos de J. Leite de Vasconcelos já na virada do século e mais tarde com os trabalhos publicados na *Revista de Língua Portuguesa* de Laudelino Freire de 1919 a 1924. Claro que, se interpretadas isoladamente, estas produções demonstram tomadas de posição diferentes em relação à diversidade linguística brasileira, mas, se analisadas em conjunto, denotam que as interpretações desta diversidade partiam quase sempre da diferença do português no Brasil e em Portugal.

Do ponto de vista da distribuição do português do Brasil, os trabalhos de natureza tópica de Amadeu Amaral e Antenor Nascentes talvez sejam de fato muito distintos dos trabalhos da virada do século XIX/XX. Mas não é o caráter dialetológico das obras, apenas, que nos permite separá-las das demais, até porque se o critério para o estabelecimento desta fase for única e exclusivamente a questão do método, provavelmente falaríamos de um conjunto muito maior de textos. Na primeira fase, a oposição *dialeto brasileiro x língua portuguesa* produzia efeitos

que levavam ao afastamento das duas línguas nos diferentes continentes e, ao mesmo tempo, direcionava os estudos da linguagem no Brasil para o estabelecimento de uma norma padrão (uma língua nacional).

As práticas decorrentes desta tomada de posição em relação à língua nacional têm características distintas, e talvez até mesmo produzam instrumentos linguísticos diferentes como, por exemplo, as gramáticas escolares de um lado e as monografias dos falares regionais de outro. As práticas são de fato distintas, pois são afetadas por diferentes condições de produção.

Talvez um estudo metucioso (mais minucioso) das gramáticas brasileiras (e um grande número de produções acadêmicas entrariam nesse pacote mesmo sem o nome específico de gramática), permitisse, em face das questões que envolvem o ensino da língua portuguesa, separá-las inicialmente em dois grandes grupos, as escolares, presas ao ensino e manutenção do vernáculo culto escrito, e as gerais (científicas), nas quais a presença do estudo dos falares regionais se revelasse mais intensamente.

Falamos um pouco disso quando nos referimos à introdução de um jargão específico de uma disciplina da linguística em algumas produções acadêmicas da década de 30 e 40. Além da Gramática de Jucá, poderíamos ainda ter tomado o exemplo de Nascentes no *Léxico*⁶³, quando introduz o jargão da dialetologia e geografia linguística. Achávamos suficiente mostrar que o discurso da espacialidade permanecia sendo reafirmado dentro de uma certa estabilidade dos instrumentos linguísticos, mesmo depois de algumas décadas.

Em outra frente, tentamos relacionar, na medida do possível, as mudanças que ocorrem na década de 50 e 60 no aparato teórico-metodológico para a descrição da diversidade brasileira, com o deslocamento do lugar de produção deste saber linguístico. Não podíamos assim pensar este saber linguístico como o *mesmo*, principalmente se conseguíssemos inscrevê-lo na própria constituição da Linguística Moderna no Brasil.

As condições que permitiam produzir um discurso sobre a espacialidade brasileira a partir da década de 50 eram outras, e estavam claramente determinadas pela produção deste saber no ensino superior. Num certo sentido, os investimentos de Serafim no campo da dialetologia e Geografia Linguística, de fato remetem este saber à investigação científica da espacialidade, a um aprimoramento técnico, que lhe permite fazer um recorte nas produções acadêmicas da área, produzindo um passado para a disciplina no Brasil, um momento anterior que deveria ser superado e renovado.

63 *Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Ver Nascentes (1946).

Mas esse efeito para nós criava uma lacuna⁶⁴ na história da *mentalidade dialetológica*. Esta lacuna talvez seja propiciada pela interferência e assunção de um outro paradigma linguístico de investigação a partir da década de 60. De maneira muito superficial, podemos dizer que a constituição da ciência linguística moderna no Brasil tem mais ou menos definida sua inauguração com a linguística estruturalista de Mattoso Câmara Jr. na década de 50⁶⁵, e é depois afetada pela introdução dos estudos gerativistas. Mais tarde, vão fazer parte também destas novas abordagens os estudos em sociolinguística no Brasil, que vão interferir profundamente na análise e descrição da diversidade brasileira, e, claro, nos trabalhos da dialetologia e geografia linguística brasileiras.

Não podíamos também pautar nossas pesquisas apenas nas análises de termos e de conceitos isolados, tomados ao acaso aqui e ali ao longo do tempo. Conceitos como o de *dialeto* e de *cientificidade* são muito mais produtivos se analisados como saberes linguísticos que se constituem na história, intervindo nela, fazendo-a funcionar. O conceito de *cientificidade* que vemos funcionar na Revista de Laudelino, por exemplo, se manifesta nesse sentido, de maneira muito distinta em Serafim da Silva Neto.

A periodização nos fez pensar também nos próprios limites e alcances do nosso conceito de *agenda linguística*. O primeiro problema estava assim nos efeitos que a *gramatização brasileira* acarretava à permanência desta agenda nos estudos da linguagem no Brasil. Tínhamos certa convicção de que podíamos relacionar com certa segurança o surgimento deste discurso sobre a espacialidade aos efeitos da *gramatização brasileira*. De fato, não víamos com muita distância as relações possíveis causadas pela disjunção da língua portuguesa promovida pela *gramatização*, e seus efeitos diretos nos estudos da linguagem, como a descrição das formas distintas na fonética, na sintaxe e no léxico das duas línguas no final do século XIX até a consolidação de uma língua oficial no Brasil distinta de Portugal.

A gramatização cessa, melhor dizendo, tem diminuídos seus efeitos nos anos 40 com os acontecimentos que vão promover e legitimar a língua nacional como língua oficial dentro de uma política de línguas. Como as questões sobre a espacialidade e a diversidade linguística permanecem, achamos por certo caracterizar, portanto, esta desvinculação da agenda linguística do fenômeno da gramatização no Brasil como uma das marcas deste novo período que vai abarcar as produções acadêmicas principalmente na década de 50. Em função da gramatização, a agenda deveria ser assim reestruturada.

64 Se pensássemos a partir dos atlas regionais, e não do nacional, identificaríamos que haveria apenas um número muito reduzido de atlas regionais publicados, pelo menos até a década de 70. Ver Brandão (1991) sobre os atlas regionais publicados no Brasil neste período.

65 Ver Guimarães (2004, p. 33): "No Rio de Janeiro, se há uma permanência dos estudos históricos no Curso de Letras da Universidade do Brasil [...], há também a configuração do início da linguística moderna no Brasil (especificamente o estruturalismo) através da obra de Mattoso Câmara."

Como não queríamos tornar tão complexa nossa periodização, marcamos esta diferença na agenda linguística da espacialidade brasileira com o estabelecimento de períodos distintos de *construção* e de *funcionamento*. É dentro deste período de funcionamento que a agenda vai se tornar, para nós, *dialetológica*. Estabelecemos, assim, dois períodos, em três diferentes fases. Na *construção*, o estabelecimento da pauta desta agenda linguística e no *funcionamento*, as práticas que estiveram envolvidas na descrição da diversidade brasileira.

Referências

- AGUILERA, V. de A. (org.). *A Geolingüística no Brasil*. Londrina: Editora UEL, 1998.
- AGUILERA, V. de A. *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPr)*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- AMARAL, A. *O Dialeto Caipira*. São Paulo: Casa editora "O Livro", 1920.
- ARAGÃO, M. do S.; MENEZES, C. B. de. *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPb)*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984.
- AUGÉ, M. *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- AUROUX, S. (ed.). *History Of Linguistics 1999*. J. Benjamins Publishing, 2003.
- AUROUX, S. *A Questão da Origem das Línguas seguido de A Historicidade das Ciências*. Campinas: Editora RG, 2008.
- AUROUX, S. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.
- AZEVEDO FILHO, L. (org.). *Estudos Filológicos (Homenagem a Serafim da Silva Neto)*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1967.
- BALDINI, L. *A Nomenclatura Gramatical Brasileira Interpretada*. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999.
- BECHARA, E. *A língua portuguesa na Revista Brasileira*. Apresentação de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.
- BOUQUET, S. *Introdução à Leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BRANDÃO, S. F. *A Geografia Lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- BRETON, R. J.-L. *Géographie des Langues*. Paris: Press Universitaires de France, 1976.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. *Dispensos de J. Mattoso Câmara Jr.* Carlos Eduardo Falcão Uchoa (org.). Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. *História da Lingüística*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- CARDOSO, S. A. M. A Dialetoлогия no Brasil: Perspectivas. *Delta*, São Paulo, v. 15, 1999.
- CARDOSO, S. A. M. et al. *Atlas Linguístico do Brasil*. Londrina: EDUEL, 2014.

- CARVALHO, J. M. *A Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CARVALHO, J. M. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia da Letras, 1987.
- CARVALHO, J. M. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CASTILHO, A. T. de. Rumos da Dialectologia Portuguesa. *Revista ALFA* 18/19, p. 115-153, 1972.
- COLLINOT, A. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- COSERIU, E. *La Geografia Lingüística*. Montevideo, 1955.
- EUGÊNIO DE CASTRO. *Geographia Lingüística e Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Graphica Sauer, 1937.
- FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A. et al. *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*. Salvador: UFBA/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- FORMIGARI, L.; GAMBARA, D. (ed.). *Historical Roots of Linguistic Theories*. J. Benjamins Publishing, 1995.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; tradução: Elisa Monteiro. Série Ditos & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FREIRE, L. *Revista da Língua Portuguesa – Archivo de estudos relativos ao idioma e literatura nacionais*. Rio de Janeiro: Rohe, 1919-1924.
- GONÇALVES, M. F. *As idéias ortográficas em Portugal*. Portugal: Fundação Calouste Gulbekian, 2003.
- GUIMARÃES, E. *História da Semântica*. Campinas: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (org.). *A Palavra e a Frase*. Campinas: Pontes, 2006.
- HENRIQUES, C. C. *Nomenclatura Gramatical Brasileira*. São Paulo: Parábola, 2009.
- JABERG, K. *Geografia Lingüística*. Universidad de Granada, 1959.
- JANKOWSKY, K. R. (ed.). *History of Linguistics 1993*. J. Benjamins Publishing, 1995.

- JUCÁ (Filho), C. *132 Restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.
- JUCÁ (Filho), C. *Dicionário das Dificuldades da Língua Portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2001.
- JUCÁ (Filho), C. *Estudos em Homenagem a Cândido Jucá (Filho)*. Organizado por Raimundo Barbadinho Neto. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1968.
- JUCÁ (Filho), C. *Gramática Histórica do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Epasa, 1945.
- JUCÁ (Filho), C. *O fator psicológico na evolução sintática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- LABOV, W. *Padrões Sociolingüísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LANGENBUCH, J. R. *Geografia Política Lingüística: língua e dialetos na vida dos povos e países*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- MACIEL, M. *Grammatica Descriptiva Baseada nas Doutrinas Modernas*. 11. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1928.
- MARCONDES, D. *Textos básicos de linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- MARIANI, B. *Colonização Lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.
- MARIANI, B.; MEDEIROS, V. *Idéias Lingüísticas*. Campinas: RG, 2010.
- MARROQUIM, M. *A Língua do Nordeste*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1934.
- MAZIÈRE, F. "Le dictionnaire deshabillé par ses préfaces". *Lexique*, Presses Universitaire de Lille, p. 33-45, 1986.
- MELO, H. *et al. Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- MIRANDA, N.; SALOMÃO, M. *Construções do Português do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- NASCENTES, A. *A Gíria Brasileira*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1953a.
- NASCENTES, A. *Bases para a Elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. v. 1 e 2. MEC: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1958-1961.

- NASCENTES, A. *Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.
- NASCENTES, A. *Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: CBAG, 1946.
- NASCENTES, A. *O Idioma Nacional*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1935.
- NASCENTES, A. *O Linguajar Carioca em 1922*. Rio de Janeiro: Süsserkind de Mendonça & Comp., 1922.
- NASCENTES, A. *O Linguajar Carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1953b.
- NUNES, J. H. Definição Lexicográfica e Discurso. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. n. 11. Campinas: Pontes, 2003.
- NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- NUNES, J. H. *Discurso e Instrumentos Lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- NUNES, J. H. *Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil – Colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- ORLANDI, E. P. (org.). *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- ORLANDI, E. P. (org.). *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, E. P. *Língua Brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009.
- ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. (org.). *Institucionalização dos Estudos da Linguagem*. Campinas: Pontes Editores, 2002.
- PARANHOS DA SILVA, J. J. Questões de Linguística. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 1881.
- PERINI, M. *Princípios de Lingüística Descritiva*. São Paulo: Parábola, 2006.

- PINTO, E. P. *O Português do Brasil* – v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 1978.
- RIBEIRO, J. et al. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa/UFJF, 1977.
- ROSSI, N. *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*. Rio de Janeiro: MEC – Instituto Nacional do Livro, 1963.
- SAID, E. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.
- SAUSSURE, F. de. *Escritos de Lingüística Geral*. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.
- SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia de Letras, 2005.
- SILVA NETO, S da. *Guia para Estudos Dialectológicos*. Florianópolis: Faculdade Catarinense de Filosofia, 1955.
- SILVA NETO, S da. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Instituto Nacional do Livro, 1963.
- SILVA NETO, S da. *Manual de Filologia Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.
- SILVA, R. *Ensaio para uma socio-história do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.
- SILVA, R.V.M. *Caminhos da Lingüística Histórica*. São Paulo: Parábola, 2008.
- SOUSA DA SILVEIRA, *Lições de Português*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1964 [1923].
- SOUSA, A. J. de. *Geografia Lingüística*. São Paulo: Contexto, 1990.
- TOULMIN, S. *Cosmopolis: the hidden agenda of modernity*. Chicago: Univ. of Chicago, 1992.
- VASCONCELOS, J. L. *Esquisse D'une Dialectologie Portugaise*. 1901. Thèse (Doctorat de L'université de Paris) – Faculté des Lettres, Paris, 1901.
- VASCONCELOS, J. L. *Textos Arcaicos*. Lisboa: Portugal. Livraria Clássica Editora, 1922.

Sobre o autor

Marcelo Rocha Barros Gonçalves possui graduação (1999), mestrado (2002) e doutorado (2012) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professor Associado do Câmpus de Coxim da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) desde 2005. Foi Coordenador de Graduação do Curso de Letras Português/Espanhol (Licenciatura) entre 2005 e 2006, durante o Reconhecimento de Curso e entre 2012 e 2017. Foi Coordenador de Graduação do Curso de Letras Português (Licenciatura) entre 2014 e 2018, durante o Reconhecimento de Curso. Tem experiência na área de Ensino de Língua Portuguesa e Linguística Geral, com ênfase em Semântica, Pragmática, História das Ideias Linguísticas, Sociolinguística e Linguística Computacional. Nos últimos anos, tem trabalhado na área de Tecnologias da Informação e Comunicação e suas relações com o Ensino de Língua Portuguesa. Atualmente, é Pós-Doutorando em Linguística na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais (LEEDIM), membro da Comissão de Historiografia Linguística da ABRALIN e membro do GT em Historiografia Linguística da ANPOLL.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7613996228373309>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1894-9746>

E-mail: marcelo.barros@ufms.br

Anexos

ANEXO I – Prefácio da *Revista Brasileira*

A REVISTA BRAZILEIRA

Nos dominios das letras não podem preencher si-
não mediano encargo os povos que, semelhantes ao brazi-
leiro, ainda que entrados nas lutas do espirito, não attin-
giram, por muito novos ou por desajudados de certas con-
dições favoraveis ao progresso, o elevado escópo, a que
chegaram as nações, ora na primeira linha da humani-
dade, e que constitue o orgulho dellas e ao mesmo
tempo representa o patrimonio de muitas épocas, desen-
volvimentos e civilizações. Cobrar de taes povos o gran-
dioso imposto que somente poderão pagar ao cabo de
muitos annos, e depois de ganhas muitas quadras do
terreno onde deixa colher seus fructos a arvore do
saber humano, fóra perder tempo, commetter violencia e
desconhecer a acção natural de impreteriveis leis.

O povo brasileiro — não é sem magoa que o dize-
mos — posto que deva desempenhar em periodo talvez não
muito remoto papel importante no theatro do mundo, não
está ainda preparado para consumir o livro, substancial
alimento das organizações virís e fortemente caracterisadas.
Faltam-lhe as condições de gosto, instrucção, meios, sau-
davel direcção de espirito, sem as quaes não se pode
cumprir a livre obrigação que equipara o artezão ao ca-
pitalista, o operario ao litterato, o pobre ao millionario —
a de comprar, ler e entender verdades ou idéas colligidas
em um volume, cuja leitura demanda largo folego e cujo
estudo requer tempo de que o povo em geral não dis-
põe.

A *revista*, transição racional do *jornal* para o *livro*, ou antes laço que prende estes dois generos de publicação, afigura-se-nos por isso a forma natural de dar ao nosso povo conhecimentos que lhe são necessarios para ascender a superior esphera, no vasto systema das luzes humanas. Na revista dão-se a ler, sem risco de cansaço, artigos sobre todos os conhecidos assumptos por onde anda o pensamento, a imaginação, a analyse, o ensino do homem. Não se trata ahi de uma só materia, como de ordinario no livro singular, ou de muitas materias em rapido percurso, como no jornal, mas de todas com a conveniente demora, em forma e extensão proporcionadas aos espiritos, qualquer que seja o grau da instrucção de cada um, a intensidade da sua convicção, a tendencia do seu gosto, a ordem do seu interesse.

Senhoreados desta salutar intuição, era para nós cousa resolvida, não de hoje, mas de ha muito, a fundação de uma revista, em que, a par com as vantagens naturaes das publicações de semelhante genero, podessemos offerecer uma amostra da competencia dos brazileiros distinctos por suas grandes faculdades e luzes, alguns ainda pouco conhecidos neste vasto imperio, e muitos inteiramente desconhecidos fóra d'elle.

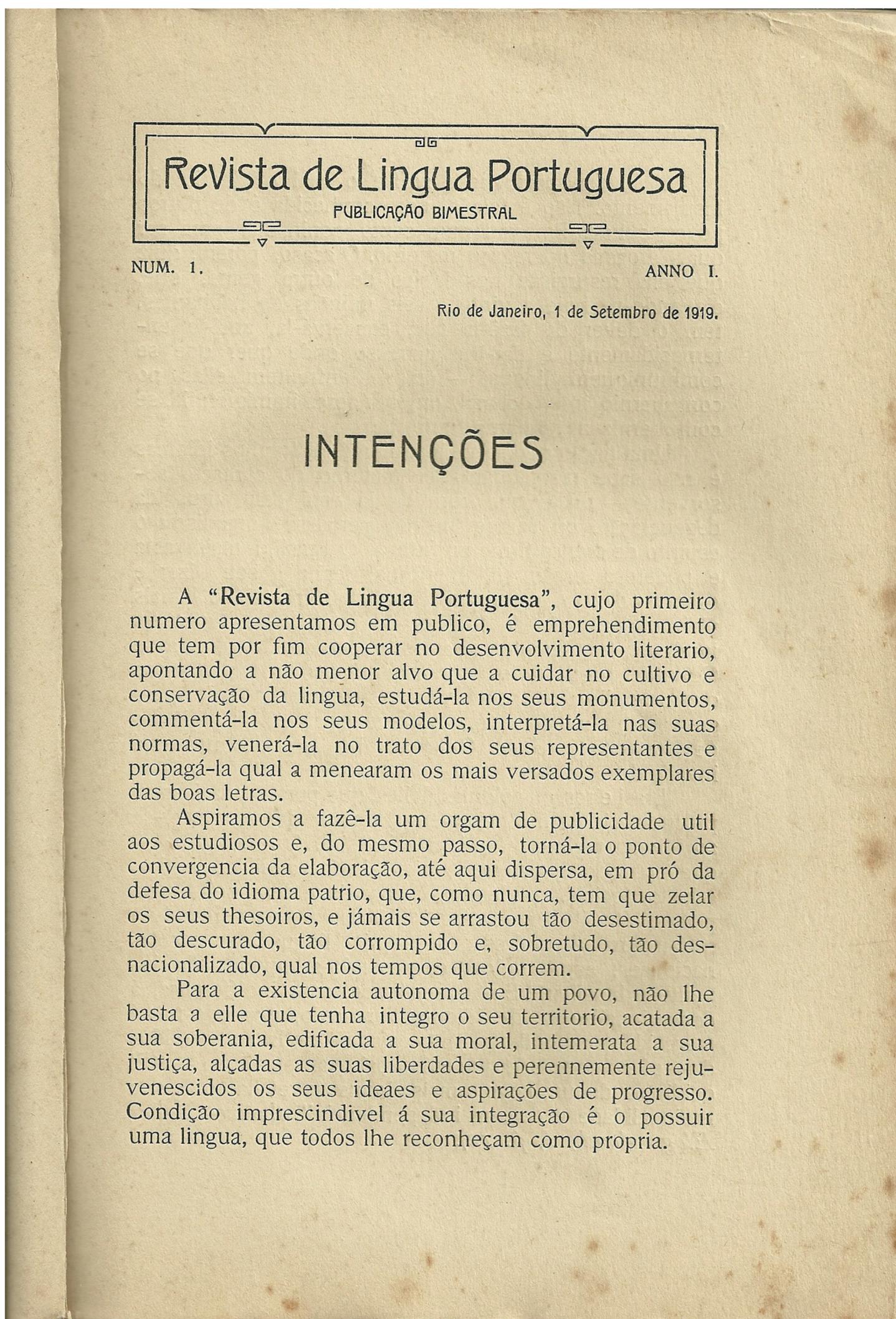
Motivos de ordem especial, interpondo-se entre a resolução e a realização, retardaram a tentativa, não obstante ser a idéa acolhida com alvoroço por todos os nossos conterraneos de superior engenho a quem, em pratica particular, julgámos prudente consultar sobre este assumpto. Taes motivos cessaram, e o pensamento é agora uma realidade, sendo de notar que com a demora nada perderam, antes muito ganharam os graves interesses que esta *Revista* se propõe sustentar. Entre outras vantagens, uma merece distincta menção. Coincidindo a estação parlamentar e a publicação da *Revista Brazileira*, talvez possamos reunir nos numeros, que a este se devem seguir, escriptos primorosos de varios dos nossos primeiros talentos politicos, cuja collaboração em outra época do anno seria de custosa aquisição para nós, por morarem alguns nas provincias ou terem residencia official em paiz estrangeiro. Aquelles que, arrastados particularmente pela nobre paixão de acrescentarem o lustre e conceito das nossas letras, concor-

reram prompta e generosamente com trabalhos que, já pela essencia, já pela forma abrilhantam as paginas deste numero, para que por elle se podesse desde logo aferir o plano, os intuitos e os fins da publicação ora encetada, julgamos obrigação nossa dar aqui testemunho do mais vivo reconhecimento.

De feito, este plano, intuitos e fins estão patentes nas presentes paginas, onde se hão de ver tratadas com as sciencias as letras e as artes, na medida por ora escassa, mas tão complexa quanto o permitem as nossas forças, o nosso tempo, e os poucos meios de que dispomos para servir uma causa em que, por honra do Brazil, contamos com o concurso de todos os brasileiros.

Esta causa é seria, tem suas raizes no amor da patria, e a victoria que possamos vir a alcançar redundará em proveito dos nossos descendentes, que hão de achar mais curto o caminho entre o valle, onde estamos, e a eminencia que o futuro lhes reserva para assento da sua felicidade e da sua gloria.

ANEXO II - Texto de abertura da *Revista de Língua Portuguesa*, dirigida por Laudelino Freire (Intenções)/1919



Revista de Língua Portuguesa

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

NUM. 1.

ANNO I.

Rio de Janeiro, 1 de Setembro de 1919.

INTENÇÕES

A "Revista de Língua Portuguesa", cujo primeiro numero apresentamos em publico, é empreendimento que tem por fim cooperar no desenvolvimento literario, apontando a não menor alvo que a cuidar no cultivo e conservação da lingua, estudá-la nos seus monumentos, commentá-la nos seus modelos, interpretá-la nas suas normas, venerá-la no trato dos seus representantes e propagá-la qual a menearam os mais versados exemplares das boas letras.

Aspiramos a fazê-la um organ de publicidade util aos estudiosos e, do mesmo passo, torná-la o ponto de convergencia da elaboração, até aqui dispersa, em pró da defesa do idioma patrio, que, como nunca, tem que zelar os seus thesoiros, e jámais se arrastou tão desestimado, tão descurado, tão corrompido e, sobretudo, tão desnacionalizado, qual nos tempos que correm.

Para a existencia autonoma de um povo, não lhe basta a elle que tenha integro o seu territorio, acatada a sua soberania, edificada a sua moral, intemerata a sua justiça, alçadas as suas liberdades e perennemente rejuvenescidos os seus ideaes e aspirações de progresso. Condição imprescindivel á sua integração é o possuir uma lingua, que todos lhe reconheçam como propria.

A lingua portuguesa soffre o mal originario do insulamento. Não é falada, nem conhecida é de outros povos cultos. Emergiu num canto peninsular para ser quasi afogada no regaço materno. O acaso, porém, quiz que ella resurgisse nos labios de outra gente, que, elevando-se hoje a vinte e seis milhões de habitantes, tem o dever de fazê-la sua, conservá-la, amá-la enternecidamente e dar-lhe ingresso onde quer que se communiquem linguas — ou se enfrentem ellas no contubernio internacional, ou, por força immigratoria, se contubernizem no patrio territorio.

Uma nação que se vê invadida de estranhos idiomas e não sabe resguardar o seu materno do contacto absorvente — ou é que corroida já está pelo virus da degeneração, ou é que lhe não perpassa o organismo o espirito de crença firme no futuro. O Brasil, a mais vasta e poderosa nação sul-americana, fecha o seu dizer e escrever dentro da periphéria das suas fronteiras. Jámais pleiteou primazia ás linguas do continente. Ao revés institue nos seus gymnasios o estudo do idioma de **Cervantes**, seu maior concurrente, ao mesmo passo que lhe disputam preferencia, no proprio territorio, a germanica e a italiana, e, em breve espaço, a que, oriunda de Norte America, ou Grã-Bretanha, de roldão nos está invadindo.

Brasileiros, ou colonias delles, que porventura fossem procurar vida em alheias terras, teriam de submeter-se ao idioma regional. Aqui, não é assim. O estrangeiro — que, quando quer, nos dirige, julga, aquilata, critica, orienta, legisla, condemna, chasqueia e deprime — vem para o Brasil ser estrangeiro, falar estrangeiro, viver estrangeiro, e professar a propria lingua nas escolas nacionaes, espalhando-a e tornando-a querida da juventude brasileira. E nós assistimos, com indifferença, á desnacionalização do idioma vernaculo, expondo-nos á merecida censura de que não estamos ainda convencidos da profunda verdade que estas palavras encerram — “E’ o idioma de um povo a mais eloquente revelação da sua nacionalidade e da sua independencia”. (**Latino Coelho**, *Elog. Acad.*, I, p. 12).

Tempo já é de sentirmos que ao nosso orgulho devam chocar e ferir alheias intromissões, por indebitas, ou demasiadas. Na esphera do que deve ser cada um, outrem se não ingere despropositadamente. No saber manter-se e ser em maior intensidade, nos proprios dominios, quando nelles se amalgamam e caldeiam linguas e raças, é que está uma das melhores revelações das virtudes viris de um povo. Os Estados Unidos, em o seu pasmoso turbilhão social, quanto mais soffrem o estranho contacto de povos e idiomas diversissimos, tanto mais se lhes revigora a cohesão nacional. A nós, se nos não abala a consciencia de nacionalidade o emergir aqui, ali e além, um teuto-brasileirismo, um anglo-brasileirismo, um italo, um *yankee*, e até um turco-brasileirismo, não devemos todavia desattentar que semelhantes expressões tanto podem exprimir o fruto ethnico, legitimo e natural, como traduzir escarneo que se crie nos excessos de excessiva hospitalidade.

Cada povo com a sua lingua — eis a verdade que deve resplandecer nos cimos de toda civilização que ciosa for do que é seu.

Não ha dizer que a cultura brasileira não haja attingido ainda o grau de desenvolvimento, que lhe não imponha o zelo escrupuloso pelo amor do idioma. Não. Se, empós Camões, a lingua se ostentou no genio de Vieira, Sousa e Bernardes, para garrir depois no de Filinto e, mais tarde, pompear no de Castilho, isso num transcurso tres vezes secular, — hoje ella irradia, nos seus labores e preciosidades do genio de Ruy, o maior escriptor da lingua que Camões formou, e que é o semi deus da palavra falada e escripta, como lhe chamou Julio Dantas.

O momento historico em que se encontram os dois povos que se expressam em lingua portuguesa, dispáres presentemente no modo de a encararem, põe em relevo a bifurcação della em dois ramos já bem distinctos e que mais a mais se hão de separar de forma pertinaz e incoercivel. Portugal segue o caminho das reformas radicaes. Sem querer lembrar-se que outro povo existe, seis vezes mais numeroso, que tem a mesma fala, officializou uma reforma, sem exemplo na historia das

linguas, que nenhuma houve que de vôo e por decreto transformasse radicalmente a graphica da sua linguagem. Compreendeu a nação amiga, no levar a cabo a sua radical reforma, que cada qual deve ter a liberdade de regular-se. Mas, se ao Brasil não cabe discutí-la, posto emprehendimento seja de elevada monta para as duas nações, assiste-lhe sem duvida o dever de cuidar em si, acautelarse contra as consequencias que resultarão da differenciação que, por estreita connexidade, hade operar-se no commum idioma e zelar o que, vindo pelo caminho da autoridade tradicional, já se lhe incorporou ao patrimonio.

A "Revista" procurará facilitar aos que cultivam as letras e sentem o amor dellas, o conhecimento dos modelos da linguagem, fieis reflexos das suas origens, correcção e pureza. Reviverá, nas suas, as paginas de ouro do classicismo, reeditando de quinhentistas e seiscentistas, na fidelidade original, obras hoje rarissimas, sem se esquecer dos escassos fulgores do periodo trovadoresco, cujos talvez só se nos antolhem em Garcia de Rezende, "o maior dos seus epigonos", e dos primeiros historiadores do periodo *ante-classico* D. Duarte e Fernão Lopes, este o criador da prosa portuguesa e, como lhe chama Almeida Pinto, n' "*O Escoliaste Portuguez*", o Homero da grande epopéa das glorias lusitanas.

Da innumeravel cohorte dos classicos do seculo XVI, com o Camões á frente de Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Francisco de Moraes, João de Barros, Sá de Miranda, Antonio Ferreira, Heitor Pinto, Amador Arraiz, Damião de Góes, Bartholomeu dos Martyres, João de Lucena, Thomé de Jesus, de outros e outros, não deixaremos de arrancar ao passado secular as grandes obras para trazê-las aos tempos que passam, disseminando-as como humo perenne, que para sempre ha de fornecer a nutrição da boa linguagem.

Revivescidos serão os frutos primorosos dos grandes engenhos do seculo XVII, em que se ostentaram Luiz de Sousa, Antonio Vieira, Manoel Bernardes e F. Manoel de Mello, seiscentistas que foram os maiores escriptores de todos os tempos.

Veremos fulgir em nossas paginas o nome conspicuo de **Filinto Elysio**, o maior dos escriptores do seculo XVIII, na graça e louçania do seu aprimorado estilo, de par e ao lado da pleiade dos estilistas modernos, nos quaes se nos depara a pureza de **Castilho**, a grandiosidade de **Herculano**, a riqueza de **Camilló**, a eloquencia de **Latino Coelho**, a graça de **Almeida Garret**, o donaire, a elegancia, o garbo de **João Francisco Lisboa**, **Gonçalves Dias**, **Francisco de Castro**, **Machado de Assis**, e em todos a correcção, a lucidez, o ornato, a propriedade.

O saber linguistico de **Ruy Barbosa**, astro de singular resplandecencia, brilhará do alto das nossas columnas, honradas com trabalhos seus ineditos, revistos pelo proprio Mestre, e a reedição de gemmas purissimas do incomparavel thesoiro da sua linguagem, que é gamma de harpa eolia entoada pelo Genio.

Confiamos ainda no exito da "Revista" pelo concurso effectivo que hemos de receber e nos está promettido, de outros mestres da lingua, e de quantos lhe rendam culto e apreço.

Assim aparelhados, prestaremos ao paiz e á sua cultura os serviços que temos em mira prestar-lhe, podendo com firmeza encontrarmo-nos de frente com a indifferença do meio.

"Nem o heroismo, nem o proprio dever", diremos com o principe do idioma, "seriam possiveis, se, antes de os affrontar, necessitassemos de medir a extensão da nossa coragem, da nossa abnegação, ou das nossas forças. A ignominia está em fraquear no proposito, não em perecer no combate".

Sauveluis Freire

Publique seu e-book com a gente!

Letraria 



